



ÓRGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

Chega de violência

A luta pela terra e a violência no campo voltaram a comover o país. Nos últimos cinco anos mais de 600 trabalhadores foram assassinados em razão da luta por um pedaço de terra, por questões trabalhistas, conflitos envolvendo garimpeiros ou massacres de índios.



A tática do PT na oposição ao Governo Collor



A tática do PT deve ser a de disputar na sociedade a alternativa ao Governo Collor, apresentar soluções concretas, emergenciais e estruturais para a grave crise do país, tendo como eixo fundamental a retomada do desenvolvimento com distribuição de renda, riqueza e poder. Devemos articular a atuação do Governo Paralelo com esta proposta e os debates do 1º Congresso no sentido de envolver todo o partido e a sociedade no projeto do PT para o Brasil. Ao mesmo tempo e de forma combinada o PT deve centrar seus esforços nas lutas sindicais, com valorização do Fórum Contra a Recessão e o Desemprego, na medida em que neste novo espaço político é possível dar saltos de qualidade na mobilização e unificação das lutas dos trabalhadores. Devemos ainda estimular a militância petista no movimento sindical a empenhar-se na construção da greve geral, como meio de barrar os ataques do Governo Collor à classe trabalhadora.

Uma advertência da SNF

"Não será nos atolando em dívidas nos momentos eleitorais que superaremos debilidades orgânicas e de implantação social que só se constroem pela ação regular, metódica e constante, ao longo dos anos e junto aos movimentos sociais."

página 13

Bancada organiza-se por núcleos

A nova bancada federal do PT está organizada em seis núcleos temáticos, cada um coordenado por um vice-líder e integrado por um grupo de deputados. Cada núcleo é responsável pelo acompanhamento de um conjunto de Comissões da Câmara.

página 8

GP lança dois projetos

No dia 10 de abril o Governo Paralelo apresenta à sociedade dois projetos na área de agricultura: Reforma Agrária e Política Agrícola. Coordenado pelo engenheiro agrônomo José Gomes da Silva, os dois projetos serão lançados em Brasília.

página 9

Voltamos

O editorial do nosso nº 52, de setembro de 1990, explicava que o Boletim Nacional havia mudado: como parte de um projeto de imprensa que incluía principalmente o lançamento em 1991 do jornal do PT, o BN assumiria mais o caráter de boletim interno nacional, isto é, um instrumento destinado a comunicar ao partido as decisões, orientações do Diretório Nacional e das instâncias nacionais (Comissão Executiva, Secretarias), e também a informar sobre as discussões, as polémicas existentes nestas instâncias.

O BN volta a circular agora com o mesmo propósito. Mais ainda do que no BN nº 52, o leitor sentirá uma carga grande de textos e documentos partidários. Esta edição nº 53 ainda não corresponde inteiramente ao que queremos, contudo. Faltam sobretudo mais informações sobre os debates, e a publicação de opiniões diferenciadas sobre os temas que foram tratados pela direção nacional. Nas próximas edições iremos corrigindo esta falha.

Achamos que o BN desta forma será tanto um instrumento útil e necessário para comunicar as orientações da direção nacional, quanto uma forma de permitir que as instâncias nacionais sejam mais transparentes, e portanto de aprofundarmos a de-

mocracia interna do partido. Aguardamos também críticas e sugestões dos leitores para que possamos ir melhorando.

Por outro lado, o BN nº 52 anunciava a decisão de cumprir rigorosamente a periodicidade mensal, como base inclusive para um esforço de recuperação do número de assinantes e das vendas. Não conseguimos cumprir esta decisão: em virtude das dificuldades econômicas decorrentes sobretudo da fase final da campanha eleitoral de 1990, o BN passou 6 meses sem sair. Apresentamos por isso nossas desculpas aos leitores, especialmente aos assinantes. Naturalmente, o vencimento das assinaturas foi automaticamente prorrogado: todos receberão o número de edições por que pagaram.

Agora conseguimos um equilíbrio nas finanças nacionais que nos permite voltar a anunciar, desta vez com mais base real, a safada rigorosa do BN na periodicidade estabelecida. Mais uma vez, pedimos a confiança dos leitores. E esperamos ir conseguindo ampliar os assinantes e as vendas; isto porque acreditamos que o BN será um instrumento necessário para todos os que se interessam em acompanhar a vida interna do PT, as suas deliberações, os seus debates.

Embora contando já com uma re-

tomada das assinaturas, não faremos uma campanha imediatamente com este objetivo. Achamos melhor fazer uma campanha conjunta de assinaturas do BN e do Jornal do PT, para não dispersar esforços.

Vem Aí o Jornal do PT

Pois a outra boa notícia que temos, além da volta do BN, é que de fato o projeto do Jornal Nacional vai ser encaminhado. Contamos agora com condições melhores do que no passado. Contamos inclusive com uma disponibilidade inicial de recursos para a implantação do Jornal: a Tesouraria Nacional propôs destinar para isso uma parte fixa do orçamento nacional, durante um certo número de meses, e a Comissão Executiva Nacional aprovou esta decisão. Isto por si só não garante o Jornal, que deverá basicamente se auto-sustentar, e dependerá portanto de ter a qualidade suficiente para conseguir a aprovação dos leitores. Mas é um empurrão inicial importante.

A previsão é de que já em maio teremos um número zero experimental do Jornal para ser discutido no partido, receber críticas. A partir daí concluiremos a definição do projeto. No segundo semestre de 1991 começará a circulação regular do Jornal.

CARTAS

Promessas...

(...) No editorial do BN nº 52, de setembro de 1990, os senhores mencionaram claramente: "Mas por enquanto as providências concretas são três: garantir uma periodicidade mensal, rigorosa e sagrada". Observa-se exatamente o contrário, ou seja, desde o BN nº 52 não recebi mais nenhum exemplar, muito embora tenha renovado minha assinatura.

Pergunto: onde está a periodicidade mensal rigorosa e sagrada?

Anibal da Rosa Gomes Filho

Explicações

Solicito informações para o fato de eu haver renovado minha assinatura, o cheque ter sido descontado e até o momento não recebi nenhum exemplar do Boletim Nacional. Neste sentido solicito explicações.

Severino Antonio da Silva

BN responde: as queixas e dúvidas dos companheiros encontram resposta no editorial desta edição (Voltamos).

Simpatizante

Sou simpatizante do PT e acredito que em 1994 ganharemos as eleições, mesmo com o jogo sujo da direita. O PT e alguns partidos de esquerda são a única esperança do ideal socialista. Temos poucas opções sérias de jornalismo e informações, portanto, essas escassas formas de conscientização devemos difundir ao máximo(...)

Marco Antonio Bourscheid

Ele voltou para ficar ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores - Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 1.800,00
(preço válido até 15/5)

NOME:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CEP: ESTADO:

Você não sabe o que está perdendo

Atingindo um público de mais de 50 mil leitores, TEORIA & DEBATE traz trimestralmente o debate político e teórico sobre cultura, sociedade, economia etc. O último exemplar, nº 13 traz, entre outras matérias, entrevista com Lula, debate com Marilena Chauí e Fernando Moraes, além de Florestan Fernandes na seção memória.

Faça sua assinatura já. Basta enviar um cheque nominal à revista TEORIA & DEBATE, Rua Conselheiro Nébias, 1052, CEP 01203 - São Paulo

Assinatura a partir do Nº 13 ... ou nº 14 ... - 4 edições ... Cr\$ 2.800,00 ... Assinatura de apoio - Cr\$ 5.600,00 ... Assinatura para o exterior - US\$ 30 - Nº atrasados - Cr\$ 700,00. Atenção: se você fizer uma assinatura de apoio recebe quatro números atrasados à sua escolha.

Fique Esperto

Compre o Jornal do Congresso e acompanhe o processo que detonará o 1º Congresso do PT, que será realizado em novembro.

à venda nos diretórios
e lojas do PT.

Campanha de refiliação

Pensando em chegar ao 1º Congresso com uma base real de filiados, o Diretório Nacional do PT aprovou, durante a última reunião de 16 e 17 de março, a realização de uma campanha de refiliação. A campanha será dirigida prioritariamente àqueles filiados que participam das atividades partidárias, porém também deve ser capaz de atingir uma massa de filiados mais ampla.

A Secretaria Nacional de Organização encaminhará aos DR's uma proposta, desenvolvida pelo Diretório do Pará, que, independente de peculiaridades regionais, servirá como referência às campanhas estaduais.

Num primeiro momento deverão ser recadastrados os membros de Diretórios Municipais, parlamentares e assessores, filiados com atividades de destaque e dirigentes do movimento social local. Até a edição deste boletim já terá sido distribuída aos Estados a ficha padrão de refiliação. Independentemente das normas de participação no 1º Congresso - a serem definidas pelo DN em sua próxima reunião - cada filiado deve ser lembrado de que a refiliação é condição básica para a participação no 1º Congresso, assim como estar em dia com as contribuições financeiras ao partido, isto é, desde o último Encontro de mesmo nível.

Direções se mantêm em 1991

Também foi ponto de pauta e de deliberação na reunião do DN a questão da renovação ou não das direções em todos os níveis em 1991. O Diretório Nacional decidiu em favor da proposta de não renovação das direções nacional, estaduais e municipais (proposta que será submetida ao Plenário do Congresso). Assim sendo, os Estados e Municípios que já haviam tomado posição pela renovação devem rediscutir e reafirmar ou não sua proposta original, desta vez, à luz da decisão do DN. Caso a posição se mantenha em favor da renovação, ficará a Comissão Executiva Nacional delegada a autorizar a renovação de Direções Regionais, e, ficará facultado aos DR's ou suas Comissões Executivas discutir e encaminhar renovação de DM's considerados como caso particular, exceção à regra.

As Comissões Temáticas de Construção Partidária

Dentre as deliberações feitas pelo DN em sua reunião de 16 e 17 de março foram aprovados vários pontos sobre o 1º Congresso assim como os onze temas que constituirão o anteprojeto de Construção Partidária. Também foram escolhidos os responsáveis por cada tema e definidos os critérios de funcionamento.

As Comissões Temáticas de Construção Partidária e seus responsáveis são:

1. Democracia Interna - Perseu Abramo (SP) e Plínio de Arruda Sampaio (SP)
2. Encontros e Congressos - Antonio Alberto Neto (RJ) e Adilson Pires (RJ)
3. Núcleos e Formas de Participação da Base - Arthur Scavone (SP), Arlete Sampaio (DF) e Raul Pont (RS)
4. Organismos Dirigentes e Auxiliares de Direção - Djalma Bom (SP) e Glauco Arbix (SP)
5. Movimentos Sociais - Eurides Mescollotto (SC) e Roberto Colação (SC)
6. Executivos - Jorge Bittar (RJ) e Rui Falcão (SP)
7. Bancadas Parlamentares - Geraldo Magela (DF) e Nilmário Miranda (MG)
8. Participação Setores Sociais Discriminados - Maria Auxiliadora Gomes (Dora MG) e Neuza Santos (MG)
9. Finanças - Joaquim Soriano (SP) e Valdi Camarcio (GO)
10. Comunicação - João Machado (SP) e Markus Sokol (SP)
11. Formação Política - Gilberto Carvalho (SP) e Valério Arcary (SP)

Estes responsáveis pelas Comissões Temáticas compõem uma comissão geral, coordenada pelo Secretário Nacional de Organização, César Alvarez, que apresentará à reunião do DN de maio uma proposta de anteprojeto de reorganização do partido, que será debatida no processo do 1º Congresso.

Discutindo os critérios de participação

Com a finalidade de ampliar a discussão no conjunto das instâncias partidárias, o DN aprovou a proposta de adiamento do prazo para deliberação dos critérios de

participação no 1º Congresso. Os critérios serão aprovados na próxima reunião do Diretório Nacional, dias 16, 17 e 18 de maio. Neste curto prazo a Coordenação Política Geral do Congresso está incumbida pelo DN de elaborar um projeto para discussão tendo como base o Roteiro Geral (Jornal do Congresso nº 1). Até lá serão aceitas sugestões que devem ser encaminhadas à Comissão Executiva Nacional e à instância de participação do filiado (núcleos, diretórios zonais, municipais etc)

Textos para o Jornal do Congresso

O calendário do Congresso prevê, para 4 de julho, uma edição do JC com textos sobre a Pauta do 1º Congresso. Sobre esses textos haverá a publicação de réplica e tréplica, em 4 de julho e 11 de setembro respectivamente. O critério mínimo para um texto ser incluído no Jornal do Congresso é a assinatura de 150 filiados. Os textos não poderão ultrapassar o limite de 20 laudas (400 linhas de 70 toques) e deverão obedecer o prazo para recebimento pela Coordenação do Congresso que é 11 de maio. O prazo para a apresentação de teses - textos definitivos que serão submetidos ao 1º Congresso - é o de 29 de julho sob critérios que serão estabelecidos oportunamente pelo Diretório Nacional.

PT na TV

A equipe de criação e produção responsável pelo programa de TV do PT, que será exibido em cadeia nacional de rádio e TV no dia 18 de abril, tem um desafio a enfrentar: encontrar uma resposta em termos de formato de programa que supere a resistência e o preconceito criados na população pela mídia.

"Ou criamos um programa que pela forma e pela mensagem prenda o telespectador e o ouvinte ou vamos amargar os mesmos baixos índices de audiência dos últimos programas do PSDB, PDT, PRONA etc". A afirmação está contida no texto da proposta geral para o programa aprovada na última reunião do DN. A proposta prevê, em suma, que sejam abordados quatro grandes temas: o primeiro ano do Governo Collor, as 26 prefeituras que governamos, o 1º Congresso do PT

CS sai da linha

A tendência interna ao PT Convergência Socialista (CS) publicou em seu jornal nº 280, de 28 de fevereiro a 6 de março, matéria que acusava a bancada federal petista de "articular negociações para tentar melhorar a aceitação das novas medidas econômicas do governo". E afirmava: "infelizmente a bancada do PT entrou nessa. Aloisio Mercadante e José Genoíno (PT-SP) são figuras destacadas nessas negociações (...) a articulação, majoritária na bancada, colocou o partido no centro de um entendimento com o governo. Entendimento que, baseado em propostas viáveis para esse governo, significa aceitar a política econômica de arrocho e recessão".

Diante dessas acusações o Diretório Nacional tomou as seguintes resoluções:

- a) condena politicamente as caracterizações contidas no jornal da Convergência Socialista;
- b) decide dar encaminhamento formal a representação contra o jornal da Convergência Socialista, impetrada por filiado ou organismo partidário que se considere caluniado pelas alegadas distorções contidas no referido artigo;
- c) registra haver questionamento à CS de que esta não cumpre a Regulamentação de Tendências Internas, particularmente no caso da distribuição do jornal da CS externamente ao Partido, e encaminha essa questão para apreciação da Secretaria de Organização;
- d) decide encaminhar a preparação de um código de ética para o debate interno;
- e) decide que toda publicação interna do Partido deverá obrigatoriamente assegurar direito de resposta com igual espaço e destaque, a filiado, tendência interna ou organismo partidário indevidamente atacado.



O PT e o momento político

Resolução do Diretório Nacional reunido em 16/03/91

As últimas semanas marcaram a conjuntura política nacional com sucessivos acontecimentos políticos e econômicos: posse do novo Congresso, edição do Plano Collor II, as vitórias políticas e sindicais em Santos e na Autolatina em São Bernardo do Campo e, por fim, a posse dos governadores, precedida do lançamento, pelo governo Collor, do Projeto de Reconstrução Nacional, o "projeto".

O Governo Collor foi derrotado no 2º turno das eleições de 1990: seus candidatos perderam em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná. Já haviam sido eleitos governadores contrários a ele no 1º turno no Rio de Janeiro e Ceará. Com isto, os governadores dos principais Estados não se alinham hoje com o Governo Collor. Ao mesmo tempo perdeu a maioria segura que tinha na Câmara dos Deputados e mesmo no Congresso Nacional.

O agravamento da crise econômica, representado pela volta da inflação e pela incapacidade do Governo de colocar seus títulos públicos no mercado financeiro, desencadeou o Plano Collor II, que - apesar de aprovado no Congresso com apoio do PMDB e do PSDB - não foi endossado pela maioria do empresariado, a qual, publicamente, contestou a política e a equipe econômica de Collor.

Tudo indica que o Plano Collor II nasceu morto; prevalece apenas, como nos planos anteriores, a política salarial proibindo recuperação das perdas, tentando impor o efeito suspensivo via Justiça do Trabalho, realinhando os salários pela média e arrochando nos meses seguintes ao Plano. Tanto o congelamento quanto ao Fundão, e a desindexação não encontram sustentação na realidade econômica e na ação dos agentes econômicos.

Há apenas um ano de sua posse, Collor procura retomar a iniciativa política e recompor sua base

política, para tentar evitar que se crie uma frente de oposição empresarial ou uma coalizão de governadores e partidos com maioria no Congresso Nacional. Para tanto, usa medidas legais - isenções de impostos, subsídios; empréstimos; rolagem da dívida; socorro a bancos dos Estados - procurando assim atrair ou neutralizar grupos empresariais (no caso o setor de máquinas e equipamentos e o exportador) ou aprisionar governadores (Orestes Quércia e Leonel Brizola).

A realidade é mais forte do que os projetos e planos do Governo: a recessão econômica, o desemprego, a queda do salário real, do consumo e os índices de retratam a situação social do país indicam

claramente os riscos de desorganização econômica e apontam diretamente para o agravamento da crise social e o isolamento do Governo Collor.

Os empresários e o Governo Collor

O empresariado parece caminhar paulatinamente para a oposição ao Governo Collor, sendo que seus porta-vozes à direita (Delfim Neto, Roberto Campos) exigem abertamente a troca da equipe econômica. Apesar da concordância geral com a política de pretensa modernização do Presidente (abertura da economia, privatização, desregulamentação), a cada dia o empresariado discorda mais da política econômi-

ca do Governo. A recessão, a política de altos juros, os pacotes e, principalmente, as concordatas de grandes grupos econômicos, que foram precedidas de dispensas massivas de trabalhadores, criaram o empresariado a sensação de que o País caminha para uma situação parecida com a da Argentina. O Plano Collor II, baixado quando o Governo falava em Entendimento Nacional, foi a gota d'água para desencadear vários movimentos contra o Governo, desde o rompimento público do PNBE até propostas de desobediência civil, passando por articulações políticas de oposição direta a Collor.

Essa situação indica claramente que Collor não conta com uma



coalizão empresarial que sustente seu Governo e sua política econômica, e à medida que fracassam seus planos, a ausência de uma aliança expressa-se no Congresso Nacional, onde não se viabilizou uma maioria para o Governo, obrigando-o a negociar a cada novo projeto.

A recente nota da Fiesp sobre os dois Governos Collor - o do discurso e o da prática - indicam claramente que é real esta avaliação, cujo desdobramento depende de outros atores na cena política do país.

A Oposição Liberal Burguesa

Como durante a luta contra a Ditadura e a Campanha das Diretas, o PMDB - o MDB agora sob a direção de Quéricia - vai paulatinamente construindo uma alternativa de centro ao Governo Collor, com base popular e eleitoral, disputando à direita o apoio do PSDB (que Collor também quer) e à "esquerda" a base popular, a intelectualidade, os artistas, a pequena e média burguesia e principalmente a burocracia renovada e a "classe política" peemedebista.

O projeto quericista é pragmático e aponta diretamente contra o ponto central da política de Collor - a recessão e o autoritarismo. Assume a modernização collorista, enquanto privatização e reforma administrativa, mas vende a idéia de um projeto desenvolvimentista e se apresenta como democrático, apoiado na legenda do MDB e no passado de luta contra a ditadura. Trata-se de um projeto

com visibilidade, não só pela figura de Orestes Quéricia como pelo apoio de vários Governadores e, principalmente, pela presença do PMDB como principal partido de "oposição" no Congresso Nacional, além dos interesses empresariais e regionais que Quéricia articulou durante o governo de São Paulo. Apoiado numa máquina eleitoral e de propaganda, no fisiologismo e no empreguismo e, principalmente, no uso dos recursos públicos para viabilizar sua candidatura, Quéricia é hoje o principal e mais forte concorrente à sucessão em 94. A antiga posição liberal burguesa tenta apresentar-se como oposição popular, anti-autoritária e retoma o velho discurso da elites brasileiras, populista e paternalista.

O Brizolismo

Brizola saiu fortalecido das eleições de 90 e da campanha eleitoral de 89. Seu principal problema continua a ser o caráter regional de seu partido e a péssima situação econômico-financeira dos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, sua posição frente ao Governo Collor vai oscilar entre a oposição "pragmática" e o pragmatismo administrativo. Sua bancada na Câmara dos Deputados vai ficar oposição, inclusive radicalizando para o público externo, mas nada esconderá os "vai e vem" da política de Brizola frente a Collor, já que os seus governadores são prisioneiros do Governo Federal.

Para Brizola é fundamental confirmar sua capacidade e com-

petência administrativa e política fazendo bons Governos nos três Estados que o PDT dirige, credenciando-se, assim, para 94. Essa política só não prevalecerá se houver um agravamento da situação social e uma crise institucional.

O PT, Lula e os Movimentos Sociais

Nossa atuação e a dos movimentos sociais, particularmente a da CUT, no 1º ano do Governo Collor estiveram marcadas não só pela derrota de Lula em 89, mas, principalmente, pelos resultados das eleições de 90 e o agravamento da recessão e do desemprego, que afeta diretamente a capacidade de mobilização a luta do movimento sindical e popular.

O ano de 90 foi tomado pela disputa eleitoral, quando o PT, apesar de ter dobrado sua Bancada na Câmara e eleito um Senador, além de 82 deputados em 20 estados, não ganhou sequer um Governo de Estado. Nem o Governo Paralelo, nem nossas administrações municipais - apesar dos avanços políticos e da reversão da situação negativa junto à população em várias cidades - conseguiram polarizar politicamente com o Governo Collor, unificando um campo à esquerda na oposição.

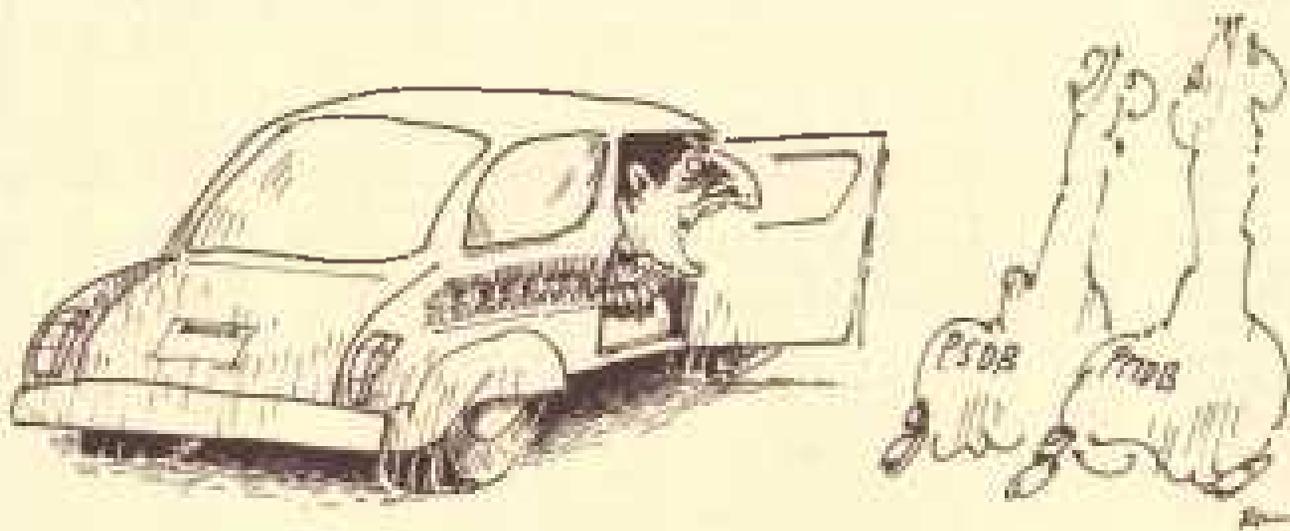
No campo sindical, depois da tentativa frustrada de uma greve geral na metade do ano, a CUT decidiu ir ao Entendimento Nacional proposto pelo Governo. Este "entendimento" terminou quando o Governo editou o Plano Collor II, mas a CUT já se retirara antes, dada a evidente encenação montada pelo Planalto.

Várias greves nacionais - ferroviários, petroleiros, portuários, bancários - e setoriais, no funcionalismo e universidade, com raras exceções foram derrotadas. No campo, o Movimento Sem Terra travou uma intensa luta de ocupações e de manifestações contra a política do Governo.

O ano de 91 começa marcado pela ausência de resistência do movimento sindical ao Plano Collor II, mas o desemprego e a política privatizante do Governo levam a retomada da mobilização, com as vitórias em Santos e na Autolatina e a greve nacional dos petroleiros. Com a jornada de lutas e protestos do dia 15, o movimento sindical procura retomar a iniciativa, politizando sua atuação na denúncia do Governo Collor e na condenação de sua política econômica.

É necessário ressaltar, no entanto, que durante o debate e votação do Plano Collor II foi sensível a ausência e a dificuldade da CUT em garantir uma mobilização massiva no Congresso, ou articulando pressão nas várias regiões sobre as diversas bancadas. Este não é um problema só da CUT, mas também do Partido pois sua relação com a Central não tem contribuído para capacitar o movimento sindical a ter maior agilidade e mobilização. O fracasso da proposta da vigília foi exemplar nesse sentido.

A CUT busca também criar uma frente contra a recessão e o desemprego, reunindo em Brasília entidades da sociedade civil, empresários e as centrais sindicais, iniciativa apoiada pelo PT



e pelos demais partidos de esquerda.

O PT, desde o final do ano, procura articular uma política que unifique sua atuação no campo institucional, no parlamento, nas prefeituras e no Governo Paralelo, com a mobilização operária e popular, não só através da ida do Lula a vários Estados, para atos públicos e debates sobre o Governo Paralelo e suas propostas, como também apoiando e participando das manifestações do dia 15.

A crise do Governo Collor

A medida que se agrava a crise econômica e o isolamento político do Governo Collor vão se delineando diferentes alternativas políticas: 1) O Governo Collor procura retomar a iniciativa não só pela edição do Plano Collor II, mas principalmente pelo lançamento do Projeto de Reconstrução Nacional com vários objetivos: a) manter a iniciativa em suas mãos e obrigar a oposição a discutir suas propostas a partir de seus pressupostos neo-liberais; b) evitar que no Congresso Nacional se eric um Fórum, onde o Governo não seria o coordenador e árbitro; c) colocar na ordem do dia a antecipação da revisão constitucional; d) reafirmar seu ideário com medidas programáticas que reaglutine suas bases políticas e empresariais: privatização das estatais, fim da estabilidade para funcionários públicos, fim do ensino pago nas universidades, fim da aposentadoria por tempo de serviço, abertura maior ao capital estrangeiro, reforma tributária e garantia de investimentos produtivos à indústria e à agricultura, etc.

Toda política do Governo Collor busca cooptar uma parcela da oposição, no campo do PMDB e do PSDB, domesticar os governadores e neutralizar o PT e, particularmente, o movimento sindical: daí a nova postura de Luiz Antonio Medeiros, criando a Força Sindical, abertamente apoiada pela Rede Globo e pelo Planalto, que o transformou em interlocutor de tudo, desde a greve de Santos até os assassinatos no Pará. Reprimir o movimento sindical, consolidar o domínio do Congresso Nacional e manter o controle da mídia, são movimentos vitais na guerra que Collor trava para evitar o isolamento e o esgotamento de seu Governo.

2) A oposição dirigida pelo PMDB, e secundada pelo PSDB, vai procurar tutelar o Governo Collor, negociando com ele cada passo e procurando viabilizar suas candidaturas e alternativas: no

PMDB, a candidatura Quéricia, e no PSDB, a governabilidade política também aceita pelo comando quercista.

No caso de um agravamento da situação econômica com reflexos sociais e institucionais, esse setores, secundados por amplas facções burguesas, podem evoluir para o parlamentarismo, ainda que dificilmente essa hipótese contraria o apoio de Quéricia e Brizola. Não se deve descartar, como nas Diretas, a hipótese de que setores da oposição burguesa trabalhem ou apoiem mobilizações populares contra o Governo, pelo parlamentarismo, ou alimentem a tese de "impeachment" de Collor.

3) A terceira hipótese a ser trabalhada é a de que a evolução da luta de oposição ao Governo Collor se dará como no caso das Diretas, através de um amplo movimento social com objetivos institucionais, ou seja, a substituição do Governo, seja pelo parlamentarismo, seja em 94 nas eleições, ou simplesmente com caráter de movimento de oposição à recessão e ao desemprego, unificando amplos setores políticos e sociais com base num programa alternativo a Collor.

As hipóteses 2 e 3 poderão estar presentes na luta de oposição ao Governo tanto no Congresso Nacional quanto nas ruas e no debate político nacional.

A tática do PT

Nossa política parte da avaliação de que o Governo Collor está em crise, mas não se esgotou e nem acabou, até porque seus principais opositores tem interesse em sua estabilidade e continuidade, cujo nome é governabilidade. Isto se dá pela ausência de alternativas, seja pelo temor de uma saída popular ou mesmo da desorganização econômica, seguida de uma desestabilização institucional do País. A falta de uma ampla coalizão empresarial e política com um projeto nacional parece ser a principal carência no campo das classes dominantes, evidentemente sem desconsiderar a gravidade da crise econômica e as dificuldades de superar os efeitos da estagnação de 10 anos, da falência do Estado e do endividamento externo, expressas na inflação crônica e no déficit público.

Em segundo lugar, nossa política trabalha com o cenário de uma disputa cada vez mais difícil e acirrada não só com o Governo Collor, mas com outros atores políticos no campo da oposição: o governador Orestes Quéricia e o PMDB, a direita anti-Collor, O PSDB e o PDT Brizolista e diferentes representações e facções

empresariais. Isto significa que a luta não se dará apenas no campo sindical e popular ou parlamentar, mas principalmente na disputa de projetos para a saída da crise de para a sociedade. Daí a presença do "projeto" de Collor e o discurso quercista de desenvolvimento.

Em terceiro lugar, nossa política avalia nossas dificuldades principalmente na mobilização popular e sindical, dada a recessão e o desemprego e a necessidade de politizar e generalizar a luta contra o Governo, uma vez que a luta localizada e por salário e outras reivindicações não podem ser desvinculadas da política geral. O próprio Luiz Antonio de Medeiros parece ter entendido essa situação, daí sua plataforma totalmente "política" no lançamento da Força Sindical.

Em quarto lugar, nossa política, pela experiência passada, não pode desconhecer que a oposição de centro e populista ao Governo Collor sabe de nossa força e potencial e não vacilará em nos isolar, desgastar e derrotar, fazendo conosco a disputa em todos os níveis, ideológico, parlamentar e nos movimentos.

Por todas essas considerações a tática do PT deve ser a de disputar na sociedade a alternativa ao Governo Collor, apresente soluções concretas, emergenciais e estruturais para a grave crise do país, tendo como eixo fundamental a retomada do desenvolvimento com distribuição de renda, riqueza e poder. Devemos articular a atuação do Governo Paralelo com esta proposta e os debates do 1º Congresso no sentido de envolver todo o Partido e a sociedade no projeto do PT para o Brasil. Ao mesmo tempo, e de forma combinada, o PT deve centrar seus esforços nas lutas sindicais, com valorização do "Fórum Contra a Recessão e o Desemprego", na medida em que neste novo espaço político é possível dar saltos de qualidade na mobilização e unificação das lutas dos trabalhadores. Devemos, ainda, estimular a militância petista no movimento sindical e empenhar-se na construção da greve geral, como meio de barrar os ataques do Governo Collor à classe trabalhadora.

A presença de Lula, do Governo Paralelo nas greves e mobilizações vem no sentido de reforçar o PT como alternativa da classe trabalhadora.

Pra viabilizar uma alternativa política ao Governo Collor nossa tática tem que se expressar de maneira uniforme em nossa atuação institucional e social, ou seja no parlamento, no movimento sindical, popular, agrário, estudantil e

cultural, seja em nossas Administrações ou no Governo Paralelo.

A tática no Parlamento

Nossa política no Parlamento, especialmente na Câmara dos Deputados, é de oposição ao Governo Collor, de disputa de projetos alternativos e de acúmulo, procurando aglutinar a esquerda através de propostas que nos diferenciem da oposição de centro, quercista e tucana. Exemplo dessa política foi nosso comportamento no Plano Collor 2, quando fomos o primeiro partido a nos manifestar contra o Plano, entrando no STF com pedido de inconstitucionalidade das MPs 294 e 295, votamos depois por sua inadmissibilidade e por fim apresentamos um projeto de conversão com uma política salarial alternativa para tentar deslocar o eixo da política econômica recessiva do governo e proteger os interesses dos trabalhadores, na crise: SM de 25 mil cruzeiros, cesta básica para cálculo dos reajustes mensais do SM e dos salários até 10 mínimos, garantia de reposição das perdas, de julgamento dos dissídios, inclusão dos aposentados e funcionários públicos na política salarial, unificação da data-base em 1º de maio, defesa do emprego e dos desempregados e representação sindical nas empresas (regulamentação do artigo 8º da Constituição). Com essa política ampliamos nosso campo de atuação aglutinando o PDT, PSB, PCs e mesmo setores do PSDB e PMDB. No final votamos contra a aprovação das MPs, fruto do acordo PMDB, PSDB e Governo. Este procedimento da bancada deve ser uma referência para a nossa política no Parlamento, a saber, capacidade de aglutinar em torno da melhor proposta possível sem concessões de fundo e capacidade de demarcação nos momentos apropriados.

Nosso objetivo é polarizar e levar o debate à sociedade, apresentando nossas propostas e polarizando o debate sobre as propostas do Governo, evitando a política de apenas marcar posição.

Para viabilizar esta tática devemos apresentar no Congresso Nacional projetos de lei sobre a reforma do Estado, sobre política econômica, que expressem nosso programa de governo, e toda atuação de nossa Bancada deve se pautar pela articulação da luta parlamentar com a mobilização popular e sindical, única garantia de aprovação de avanços sociais e econômicos ou de reformas democráticas, como demonstrou a experiência da Constituinte e dos

últimos anos.

Nossa função no Parlamento não é de garantir a governabilidade de Collor e sim fazer oposição e acumular forças para ser Governo para disputar a hegemonia e o poder na sociedade, defendendo os interesses dos trabalhadores através de projetos, emendas que aprovaremos sempre que possível.

A atuação no Parlamento, a proposta do Fórum e a oposição popular

Fracassado o Entendimento Nacional e após o impacto do Plano Collor II, surgiu a proposta de se criar um Fórum no Congresso Nacional para discutir alternativas e saídas para a crise brasileira, cada um se posicionou ou deu ao Fórum o caráter segundo sua política e objetivos. Para o Governo, o Fórum só deve discutir políticas pontuais, pois teme que ele evolua para um instrumento de oposição à sua política ou de formulação de alternativas de Governo. Para o PMDB, o Fórum pode ser um meio de divulgar a política quercista, e também junto com o PSDB e outros setores, espaço para negociação com o Governo e de estabilidade institucional.

Para o PT, o Fórum só tem sentido como espaço de disputa de alternativas para a sociedade, de aglutinação das forças de oposição ao Governo, e de mobilização contra a recessão e o desemprego, debater propostas concretas com o objetivo de transformá-las em iniciativas de lei. Para nós, a negociação política jamais pode congelar a luta, assim como a negociação das nossas propostas programáticas. Não aceitamos que o Fórum se baseie no "projeto" do Governo Collor e nem se transforme em Comitê Eleitoral do Quêrcia. Recusamos abertamente qualquer proposta de "pacto social", "entendimento nacional" ou "consenso nacional".

O início da nossa participação neste Fórum coincidirá com a emissão de documento oficial do PT, sobre nossa posição do caráter do Fórum.

O PT pautará a sua intervenção no Fórum, no sentido de apresentar propostas concretas, com a demarcação de posições e a denúncia, quando couber cada uma das medidas.

Em todo o processo, faremos o possível, através da grande imprensa, meios partidários e da Bancada, para deixar claro para os trabalhadores qual é a nossa política no Fórum. No sentido de que a nossa participação neste espaço não venha trazer a ilusão de que apenas e somente através do Parlamento e discussão de cúpulas

seja possível enfrentar a grave crise política, econômica e social que vive o país.

É evidente que haverá disputa para dar ao Fórum caráter e abrangência de acordo com os interesses de cada partido ou setor social participante. Da mesma forma que houve nas Diretas e há na Frente contra a recessão, nossa influência no Fórum será proporcional ao grau de mobilização popular e sindical que alcancemos e o grau de participação dos sindicatos, associações, partidos de esquerda, personalidades e

intelectuais.

Para viabilizar esta proposta articulada com a apresentação de um projeto do PT para a sociedade é preciso que nosso partido recupere sua política de mobilização popular, volte a ser um partido de oposição popular, não só política e parlamentar, mas sim de mobilização nas fábricas, ruas, bairros, escolas e campos, e, através de debates, manifestações, lutas e propaganda, leve a sociedade a participar da luta institucional contra o governo. Sem esse fator, toda nossa tática

fica na dependência de uma explosão espontânea do movimento social.

Por isso nossa política de mobilização sindical e popular deve estar articulada com a luta institucional e com a oposição ao Governo, mas voltada para apresentar alternativas, tanto pontuais como gerais, participando de Fóruns, da luta no Congresso Nacional, cujos dois exemplos iniciais foram a disputa em torno das MPs 294 e 295 e a jornada de lutas e protestos de 15 de março.

PT vai ao Fórum do Congresso

O Partido dos Trabalhadores, por decisão do Diretório Nacional, participará do fórum a ser criado no Congresso Nacional para discutir alternativas à crise econômica; o objetivo é combater a recessão e o desemprego, através da mobilização social e da aprovação de leis que dêem solução para problemas concretos, como o da Política Salarial.

No âmbito do Congresso a negociação não pretende congelar os conflitos e a luta social-institucional, e nem pode por em xeque as propostas programáticas de cada partido ou entidade da sociedade civil. Assim, o Executivo não participa diretamente desse fórum, nem na condição de coordenador ou dirigente, nem sequer na de integrante. No

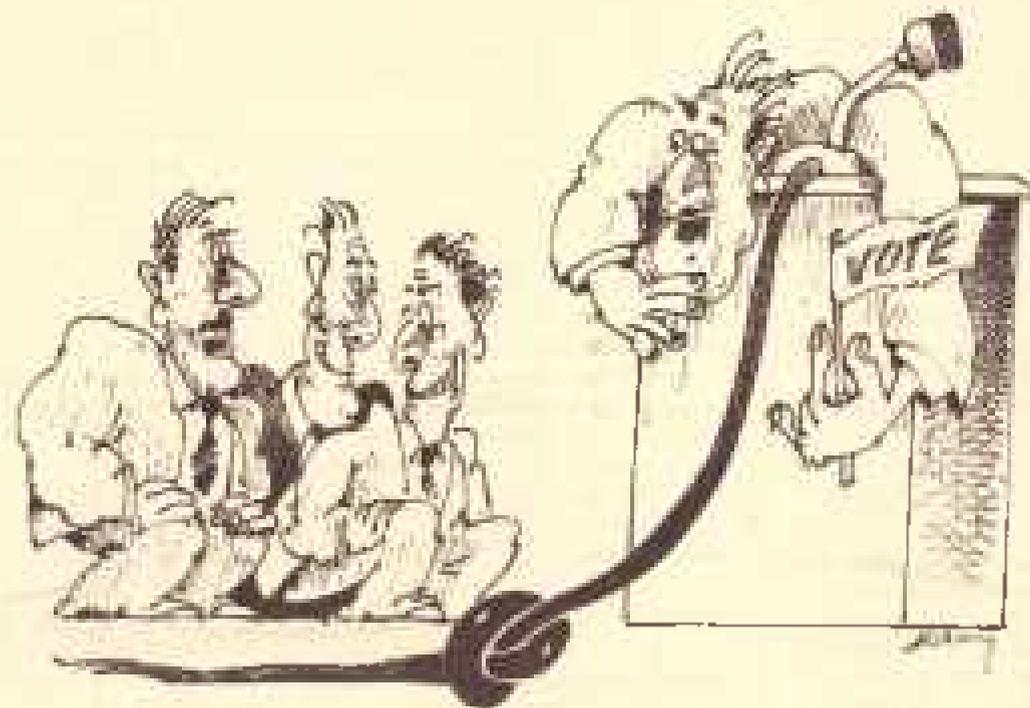
entendimento do PT, o fórum significa o debate de alternativas para graves problemas políticos e econômicos do País. Portanto, o PT repudia qualquer tentativa de transformar o fórum do Congresso num espaço para a busca do Pacto Social, do Entendimento Nacional ou do Consenso Nacional. O PT não se furtará a expor publicamente sua posição, denunciando quaisquer tentativas de impor ao fórum caráter de apoio tanto ao Executivo quanto a pretensões eleitorais de governadores.

Os problemas que a sociedade brasileira enfrenta não terão solução apenas e somente no Congresso Nacional ou no fórum. A participação popular e a mobilização da sociedade civil são in-

substituíveis. Por isso, o PT procurará articular sua atuação no fórum do Congresso com as ações do fórum de entidades populares e sindicais coordenado pela CUT.

Nossa participação nesse fórum, portanto, exprime nossa posição de independência e autonomia, bem como o respeito ao direito de divergir e de apoiar-se na pressão popular, e se paulará pela atuação conjunta com os partidos e entidades populares, com os quais temos afinidades programáticas e propostas comuns para os temas a serem pautados pelo fórum.

Secretaria Geral
17/03/91



Nossa bancada ocupa novos espaços

O PT começou a atual legislatura com uma bancada multiplicada, uma nova organização e uma tática definida. Os 35 deputados e o senador eleitos em onze unidades da Federação agora se organizam em seis núcleos temáticos, cada um coordenado por um vice-líder. E a tática da bancada é disputar com o governo, e com outras forças políticas, apontando alternativas de saída da crise, tendo como objetivo a retomada do desenvolvimento com distribuição de renda e de poder.

Com o aumento da bancada, ampliaram-se nossos espaços e responsabilidades. Elegemos o deputado Carlos Santana (RJ) presidente da Comissão de Viação, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior, ficando o deputado Nilmário Miranda (MG) com a vice-presidência. A deputada Irma Passoni (SP), por sua vez, foi eleita para uma suplência da Mesa Diretora da Câmara.

Plano Collor II

A nova bancada federal do PT assumiu já com o desafio de apresentar alternativas ao Plano Collor II, e ingressou, três dias depois da posse, com ação de inconstitucionalidade contra a Medida Provisória (MP) 295. Foi a primeira iniciativa concreta contra o Plano. Depois, votamos pela inadmissibilidade das MPs, e oferecemos 60 emendas, todas combatendo o caráter autoritário, recessivo e de arrocho salarial do Plano. Atuando de modo a aglutinar as demais forças de esquerdas, a bancada destacou-se nas negociações, ao propor alternativas no sentido de proteger os interesses dos trabalhadores de renda mais baixa. Fracassadas as negociações, votamos contra as MPs, aprovadas com os votos do governo e do PMDB.

Outro momento de disputa em torno de projetos para a sociedade foi a primeira reunião do Fórum Nacional de Debates, quando o PT conseguiu aprovar várias propostas, a começar pelo nome, proposto pelo líder, José Genoino, em substituição a "Fórum de Consenso". A troca do nome refletia a mudança que pretendíamos e que acabou se efetivando no caráter do fórum. As lideranças dos partidos no Congresso é que vão dirigi-lo, indicando em rodízio os seus presidentes. Representantes da sociedade participarão. E a pauta de assuntos a serem abordados não será o "projeto" do governo, mas aquela que for definida pelo fórum.

O deputado Aloísio Mercadante apresentou, em nome do PT, a primeira proposta de pauta para o Fórum: 1. Política salarial e relações de trabalho; 2. Plano de custeio e benefi-

cios da previdência social; 3. Papel do Estado na economia; 4. Lei eleitoral; 5. Reforma fiscal; 6. Reforma agrária, política agrícola e de abastecimento; 7. Reforma educacional; 8. Política industrial, de ciência e tecnologia; 9. Democratização dos meios de comunicação; 10. Violência e direitos humanos; 11. Dívida externa; 12. Reforma urbana e transportes coletivos; 13. Questão regional e política de desenvolvimento para o Nordeste; 14. Política ambiental; e, 15. Regime de governo (parlamentarismo e presidencialismo). Genoino afirma que essa pauta "permite o debate de propostas alternativas que podem ser transformadas em lei, sem prejuízo da mobilização popular e dos princípios programáticos dos partidos".

Projetos

O conjunto da Bancada apresentou até o dia 25 de março 61 posições, que vão desde a regulamentação da política agrária até a política nacional de saneamento, passando por normas para calcular os benefícios da Previdência, entre outros. Os núcleos da bancada estão elaborando vários projetos de fundo em suas áreas de atuação.

Na fiscalização dos atos do Execu-

tivo, tem sido intensa a atuação da nossa bancada. Também no suporte ao movimento sindical e popular, os parlamentares petistas são presença constante, articulando iniciativas, participando de atos, conseguindo audiências e acompanhando representantes de trabalhadores em negociações junto ao governo e à Justiça Federal.

No plenário, nossa bancada tem sido talvez a mais assídua, além de se destacar nos discursos e debates. Na primeira sessão ordinária da Câmara no ano, por exemplo, dos seis deputados que falaram, cinco eram do PT.

Reforma do Legislativo

A bancada vem elaborando um projeto de reformas do Congresso Nacional, de modo a assegurar sua autonomia, democratizar o processo legislativo, realizar ampla reforma administrativa e reestruturar a Comissão Mista do Orçamento. Essas propostas do PT serão encaminhadas à Comissão do Congresso, que está elaborando um anteprojeto de reforma do Legislativo. O deputado Paulo Delgado é o representante do PT nesta Comissão.

a primeira iniciativa da Bancada com relação à reforma do Legislativo

foi solicitar coletivamente o desligamento dos seus membros do IPC - Instituto de Previdência dos Congressistas. O passo seguinte nesta luta será a apresentação de projeto extinguindo o repasse de verbas públicas para o IPC.

Bancada organiza-se por núcleos

Nossa bancada está organizada em seis núcleos temáticos, cada um coordenado por um vice-líder e integrado por um grupo de deputados. Os deputados vinculam-se aos núcleos de forma permanente ou conjuntural, em função de sua especialização, e por acordo da bancada. Cada núcleo é responsável pelo acompanhamento de um conjunto de comissões da Câmara. Embora cada núcleo centralize as ações em suas respectivas áreas, nada impede que os parlamentares do PT tomem iniciativas em outros setores, devendo apenas comunicá-los aos núcleos responsáveis.

A Coordenação da Liderança é formada pelo líder da Câmara, pelo Senador Eduardo Suplicy, pela representante do partido na Mesa, pelo presidente da Comissão de Transportes e pelos sete vice-líderes do PT.

Marcio Araújo

Os núcleos da bancada do PT

Núcleos	Membros	Comissão da Câmara
A "Justiça"	Hélio Bicudo (SP) - coordenador, Edésio Passos (PR), José Dirceu (SP), Luis Gushiken (SP), Benedita da Silva (RJ), Agostinho Valente (MG)	1. Constituição e Justiça e de Redação, 2. Relações Exteriores, 3. Defesa Nacional
B "Trabalho"	Eduardo Jorge (SP) - coordenador, João Paulo Pires (MG), Paulo Paim (RS), Chico Vigilante (DF), Paulo Rocha (PA) e Maria Laura (DF)	1. Seguridade Social e Família, 2. Trabalho, de Administração e Serviço Público
C "Agrário"	Pedro Tonelli (PR) - coordenador, Valdir Ganzer (PA), José Cicote (SP), Adão Preto (RS), Luci Choinaski (SC), Alcides Modesto (BA) e Ricardo Moraes (AM).	1. Agricultura e Política Rural, 2. Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, 3. Minas e Energia. *
D "Educação"	Sandra Starling (MG) - coordenadora, Florestan Fernandes (SP), Paulo Delgado (MG), Raul Pont (RS), Tilden Santiago (MG), Lourival Freitas (AP) e Irma Passoni (SP)	1. Educação, Cultura e Desporto, 2. Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
E "Econômica"	Aloísio Mercadante (SP) - coordenador, Jaques Vagner (BA), José Fortunati (RS), Vladimir Palmeira (RJ), José Genoino (SP) e Paulo Bernardo (PR)	1. Economia, Indústria e Comércio, 2. Finanças e Tributação, 3. Mista de Orçamento
F "Transportes"	Nilmário Miranda (MG) - coordenador, Carlos Santana (RJ) e Ernesto Gradella (SP)	1. Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior. **

* Está sendo discutida a transferência da Comissão de Minas e Energia para o núcleo F (transportes);

** O Núcleo de Transportes será responsável pela questão das Estatais e de Reformas do Estado;

*** Em função de alteração do Regimento Interno da Câmara a bancada passou de 5 para 7 vice-líderes. Os dois novos vice-líderes indicados pela bancada são os deputados Nilmário Miranda e Paulo Paim. Discute-se ainda a formação do sétimo núcleo.

Governo Paralelo lança mais dois projetos

O documento da Reforma Agrária indica as linhas básicas que seriam executadas por um governo democrático-popular, com forte participação da sociedade, visando atender as necessidades de agricultores, sem-terra e minifundistas.

O projeto de Política Agrícola dá prioridade aos pequenos agricultores indicando instrumentos e mecanismos para que não sejam mais espoliados pelos latifundiários no processo produtivo. As grandes empresas devem se subordinar aos interesses da maioria.

Dentro da agenda de lançamento também está previsto a entrega dos dois projetos ao ministro da Agricultura, Antônio Cabrera.

Os textos, mesmo depois de divulgados, estarão abertos à discussão e as reuniões em torno desses temas deverão ter continuidade para seu detalhamento e aprofundamento.

Para os próximos meses, o Governo Paralelo deverá apresentar

mais dois projetos que estão em fase final de elaboração. Um na área de Abastecimento, que será pautado na necessidade de garantir alimentos para toda população, ou seja, um plano de Segurança Alimentar e outro na área de saúde, coordenado pelo médico José Leôncio de Andrade Feitosa.

O Governo Paralelo também prepara para este ano uma proposta de Política Industrial para o país e projetos na área de Ciência e Tecnologia, Energia e Meio Ambiente, especialmente com relação à questão da Amazônia.

Visita

No dia 18 de março, encontraram-se na sede do Governo Paralelo o presidente do partido, Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da FIESP, Mário Amato. Lula fez um relato das atividades e dos projetos do Governo Paralelo e colocou a sua preocupação em relação à política econômica implementada pelo Governo Collor, princi-

palmente no tocante à recessão e ao desemprego. Lula também alertou para a necessidade de o país redistribuir a renda nacional cada vez mais concentrada na mão de poucos. Amato apresentou uma proposta elaborada pela Bolsa de Valores que trata da participação acionária dos trabalhadores nas empresas, mas sem grandes novidades. O presidente da FIESP comunicou que a entidade está envolvida em uma pesquisa que busca estabelecer o perfil de país que os brasileiros querem. Com relação aos 800 empresários que deixariam o país se Lula ganhasse as eleições, Amato fez questão de explicar aos jornalistas que cobriram o encontro, que jamais pronunciou esta frase. Lula disse que os empresários estão se retirando agora, mas em função das concordatas que levaram várias empresas a fechar as portas.

Emílio Alonso

No próximo dia 10, o Governo Paralelo apresenta à sociedade dois projetos na área de agricultura: - Reforma Agrária e Política Agrícola. Coordenados pelo engenheiro agrônomo José Gomes da Silva, os dois projetos serão lançados em Brasília no auditório do Anexo 4 da Câmara dos Deputados às 10 horas, com presença de entidades da sociedade civil, movimento dos sem-terra, parlamentares e representantes de vários partidos políticos.



“ Lula propôs que em cada área de atividade do Governo Paralelo fossem selecionados apenas cinco problemas e oferecidas propostas alternativas para sua solução ”

O projeto de política agrícola do GP

Com uma admirável intuição política que todos admiramos, Lula propôs que em cada área de atividade do Governo Paralelo fossem selecionados apenas cinco problemas e oferecidas propostas alternativas para sua solução. Para o chamado setor primário da economia foram destacados cinco grandes temas: Política Agrícola, Reforma Agrária, Segurança Alimentar, Recursos Naturais e Proálcool. Estes temas prioritários deverão ser tratados de imediato por uma oposição articulada e pragmática. Os dois últimos estão sendo cuidados pelas áreas de Meio Ambiente e Energia, respectivamente, e o de Segurança Alimentar está em fase final de elaboração, através de um enfoque multidisciplinar. Os documentos sobre Política Agrícola e Reforma Agrária serão apresentados à sociedade brasileira no dia 9 de abril, no Congresso Nacional, em Brasília. Este artigo constitui um avanço-resumo da primeira proposta, cujo título é "Política Agrícola: Prioridade para os Pequenos Agricultores" (PA/PPA).

Em seu conjunto essas propostas devem conformar, na área rural, um cenário "organizado-defensivo" que seja oferecido à sociedade brasileira como alternativa ao atual cenário neo-liberal cujas consequências todos já conhecemos.

A elaboração de todos esses documentos é feita a partir das definições de caráter político partidárias e das Diretrizes do Programa de Ação de Governo (PAG) estabelecidas para a Campanha Presidencial de 1989. Isso define desde logo a prioridade para a maioria, isto é, os pequenos agricultores. O programa partidário fala em "desenvolvimento econômico de novo tipo, com a desconcentração de renda, combate à miséria do campo e das cidades e busca de maior oferta de emprego". Não é difícil quantificar essa prioridade: se for feito um corte nos extratos de áreas dos 4,7 milhões de imóveis rurais arrolados nas Estatísticas Cadastrais de 1987 do INCRA, 96% vão se situar abaixo dos 10 módulos estabelecidos como o limite de área para a média propriedade, segundo nossa proposta.

O contingente de pequenos e médios agricultores que trabalham esses minifúndios, sítios e fazendas e seus dependentes constituem a população alvo desta proposta alternativa. Num segundo momento a Política Agrícola proposta passa a cobrir também os beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), já que a proposta de redistribuição fundiária contempla necessariamente uma ampla e completa proteção aos seus beneficiários mediante a aplicação de instrumentos de Política Agrícola convencionais e outros especialmente desenhados para propiciar condições de eficiência e produtividade aos sem-terra e minifundistas então já providos de "terra própria". A Cooperativa Integral de Reforma Agrária (art.4º do Estatuto da Terra), uma

estrutura associativa que pode temporariamente receber contribuição financeira e técnica do Poder Público" sem que os beneficiários abdicuem do seu controle, é um dos instrumentos que podem garantir condições de competitividade com a chamada agricultura capitalista-empressarial que continuará a existir fora do Setor Reformado.

Em conjunto, esses dois contingentes de beneficiários e seus dependentes chega a uma população estimada de 24 milhões de pessoas, o que mostra o alcance da proposta alternativa aqui esboçada.

Quem são os pequenos agricultores?

A PA/PPA procura definir desde logo o segmento que pode ser definido como "pequeno". Essa conceituação torna-se ainda mais importante quando se lembra a necessidade de regulamentar o artigo 185 da Constituição de 1988 que torna insuscetíveis de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária a pequena e média propriedade. Esses limites ainda são possíveis de discussão nas futuras negociações que fatalmente acontecerão no Congresso Nacional, mas esta proposta adota critério que leva em conta não apenas a área do imóvel rural, mas também as relações de trabalho e a renda por ele gerada. Como proposta popular que é, precisa ser facilmente entendida pelo público beneficiado (sitiantes, chacareiros, minifundistas, moradores, povos da floresta, ocupantes, acampados, posseiros, sem terra em geral). Essa é a razão pela qual, ao tentar fixar os níveis de receita bruta, a PA/PPA adotou uma "unidade camponesa universal", isto é, procurou expressar valores em sacas de milho, a cultura de mais ampla utilização nacional.

Assim, a Política Agrícola "Paralela" considera:

a) Pequenos Agricultores - aqueles que exploram unidades produtivas de até três módulos e cuja receita bruta anual não ultrapasse o equivalente a duas mil sacas de milho (ou quatro mil sacas de milho no caso de olericultores, avicultores e suinocultores);

b) Médios Agricultores - aqueles que exploram unidades produtivas de tamanho entre três e dez módulos fiscais e cuja receita bruta anual não ultrapasse o equivalente a dez mil sacas de milho (ou vinte mil sacas de milho no caso de olericultores, avicultores e suinocultores e outros produtores de horti-frutigranjeiros);

c) Outros Beneficiários - os grandes agricultores (que ultrapassam os limites estabelecidos para as categorias anteriores), as empresas agrícolas (cujo trabalho é predominantemente assalariado) as pessoas físicas ou jurídicas e os proprietários e/ou ocupantes de imóveis rurais cuja principal fonte de renda não provém da agricultura.

O companheiro Graziano da Silva em exaustiva análise publicada na re-

vista da ABRA (nº 1, vol.17, abril de 1987) explica que a contribuição da Pequena Produção na composição do Produto Agrícola Brasileiro, infelizmente, diminuiu na década de 70/80 devido à exiguidade de terra, baixa tecnificação, sub-ocupação de mão-de-obra e da pior qualidade dos solos que cultivam. Para não serem eliminados de vez, os pequenos agricultores resistem o quanto podem, recorrendo ao seu profundo enraizamento na terra, aumentando a jornada diária de trabalho (inclusive prestando serviços fora de suas parcelas) e intensificando o auto-consumo. Não obstante, em 1980 (último censo com dados confiáveis), os estabelecimentos pequenos e médios (até 100 ha) ainda respondiam pela maior parte da produção agropecuária (50,6%), muito embora ocupassem apenas 20,1% da área total.

O contraponto - a produção dos grandes estabelecimentos que adotam sistemas extensivos do tipo empresarial-capitalista - mostra todo esse lado "indesejável": concentração fundiária, êxodo rural (28,5 milhões de pessoas deixaram o campo no período 1970/80) super exploração dos empregados e concentração da renda. Em muitas áreas do país, a grande exploração - sobretudo pecuária - está ainda ligada à violência, cujos exemplos de barbárie a imprensa não se cansa de registrar.

Sendo portanto a maioria (96%) renegada (à margem das políticas públicas) é exatamente para esse imenso segmento de patrícios que foi desenhada uma Política Agrícola "Paralela" perseguindo os objetivos maiores da cidadania, igualitarismo e distribuição de renda.

Instrumentos da Política Agrícola "Paralela"

Para corrigir as fragilidades apontadas e numerosos outros problemas identificados na análise dos diversos produtos próprios dos pequenos agricultores, são indicadas diversas políticas de produção, de comercialização e normativas além de alguns projetos especiais.

a) Crédito Rural

- tornar efetiva a diferenciação da condição entre pequeno, médio e grande agricultor;

- redefinir os critérios dessa diferenciação pelas relações sociais de produção e pela renda líquida auferida pelo agricultor;

- fixar previamente o montante de recursos dos bancos oficiais que serão destinados exclusivamente a cada segmento em cada região do país;

- reativar o crédito de investimento para os pequenos e médios e recuperar os níveis reais do crédito de custeio comercialização ao longo dos próximos anos;

- agilizar e ampliar os recursos especiais destinados aos assentados (PROCERA), estendendo-os aos acampamentos (cerca de 15 mil famílias) e distribuindo-os através de uma Carteira de Crédito para o pequeno

agricultor, a ser criada no Banco do Brasil com recursos subsidiados do Tesouro Nacional;

- privilegiar os alimentos básicos em especial a dobradinha arroz-feijão e o leite com programas especiais nas regiões mais aptas do país.

b) Políticas de preços

- estabelecer critérios de indexação que garantam o valor real dos preços mínimos fixados na época do plantio;

- diferenciar os prazos das Aquisições do Governo Federal (AGF), garantindo o pagamento a vista apenas para um determinado limite compatível com produção do pequeno e médio produtor;

- garantir os recursos dos EGFs e Aquisições do Governo Federal (AGF) diretamente aos agricultores e cooperativas de pequenos agricultores;

- prefixar os limites máximos e mínimos de variação dos preços a partir do qual se acionarão instrumentos de regulação do abastecimento interno, tais e como desova dos estoques reguladores, importações, tarifas aduaneiras, cotas etc.

c) Pesquisa e Assistência Técnica

- reaproximação entre a pesquisa e a extensão rural através de ações conjugadas entre o sistema EMBRATER e da EMBRAPA;

- garantia de assistência técnica integral gratuita ao pequeno e médio agricultor;

- desenvolvimento de novas tecnologias ao alcance do pequeno e médio produtor e que sejam menos agressivas em relação ao meio ambiente;

- apoio governamental via mecanismos fiscais e financeiros à assistência técnica e a pesquisa conduzidas por Associações de Pequenos Agricultores com o objetivo de produzir material genético próprio e livrar-se da submissão às agroindústrias que buscam "integrá-los".

d) Programas Especiais

- incentivos à produção de alimentos básicos (arroz, feijão e leite) em áreas específicas através de mecanismos fiscais e financeiros especiais (isenção de impostos, crédito de investimento com juros mais baixos e maior prazo de carência etc);

- incentivos à irrigação, especialmente de pequenos e médios agricultores a serem assentados na região Nordeste;

- reformulação do Proálcool visando, de um lado garantir a sua competitividade sem subsídios, e de outro o seu papel social como gerador de empregos e não concentrador de terras, bem como a sua contribuição para amenizar os problemas de poluição ambiental nos grandes centros urbanos;

- estimular programas de conservação do solo e da água (microbacias) e de proteção do meio ambiente na agricultura; e

- Programa de Apoio ao Processo de Reforma Agrária

José Gomes da Silva
(22 de março de 1991)

O PT no exterior

O PT tem participado de diversos Encontros no exterior: de 3 a 7 de janeiro, em Barcelona, na Espanha, participamos da Conferência Mundial Aberta por uma Internacional Operária e dos Povos; na Itália, de 7 a 16 de fevereiro, participamos do XII Congresso Mundial da IV Internacional (Secretariado Unificado). O companheiro José Dirceu, secretário geral nacional, representou o PT em ambas atividades (como observador). Também na Itália, em Rimini, Lula e Luis Dulci representaram o PT no XX Congresso do Partido Comunista Italiano (PCI), hoje Partido Democrático della Sinistra (PDS). O PT esteve presente, ainda, representado por Lula e Marco Aurélio Garcia, secretário de relações internacionais, à reunião convocada pelo Partido Socialista Francês. A essa reunião em Paris, também estiveram presentes representantes do PSDB (Brasil) do Partido Socialista de Chile, do M-19 da Colômbia e da FSLN da Nicarágua. O evento mais recente foi a reunião Preparatória do II Encontro de Partidos e Organizações de Izquierda da América Latina e Caribe, realizada entre os dias 14 e 15 de março, no México. Lá esteve presente, representando o PT, o companheiro Marco Aurélio Garcia. A Secretaria de Relações Internacionais está organizando debates informativos sobre estes encontros.

A solidariedade avança

Desde o primeiro encontro, em 1988, no Equador, o movimento de solidariedade entre os povos latinoamericanos e caribenhos ganhou uma nova dimensão, impulsionado pelos comitês que se formaram em vários países. Assim foi possível realizar atividades pela defesa da soberania nacional, autodeterminação de cada povo, contra as intervenções e a favor da integração continental.

O primeiro encontro foi em Quito, o segundo em Bogotá e agora, o III Encontro Latinoamericano y del Caribe será realizado em São Paulo, entre os dias 21 e 23 de junho de 1991.

As entidades que até o momento fazem parte da comissão organizadora do Encontro são: União Brasileira de Mulheres (UBM), Confederação das Mulheres do Brasil, Conselho de Defesa da Paz (CONDEPAZ), CONAM, COIAB, Procentral, União da Juventude Socialista (UJS), Movimento Nac. dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Assoc. Nac. dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), União Nacional dos Estudantes (UNE), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Democrático Tra-

balhista (PDT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Contatos com o comitê organizador pelo fone: (011) 259 8388, ramais 1478/1474/1546/1267.

Projeto Calha Norte

O Partido dos Trabalhadores manifesta sua preocupação pela retomada dos investimentos no Projeto Calha Norte.

No nosso entendimento, dito projeto responde aos imperativos vigentes à época da ditadura militar: "segurança e desenvolvimento".

O incidente na fronteira com a Colômbia, que resultou na morte de soldados brasileiros e cidadãos colombianos, foi evidentemente manipulado pelo Exército com o objetivo de atrair a atenção do governo e assim conseguir "desencalhar" o Projeto.

Corresponde ao Congresso Nacional decidir sobre qualquer programa de desenvolvimento regional; especificamente, às Comissões de Relações Exteriores, por tratar-se de uma região de fronteira com 5 países.

Por último, o PT entende como fundamental a participação dos organismos regionais ou estaduais, assim como das organizações camponesas e indígenas, que já têm denunciado o Projeto Calha Norte por entenderem que seu objetivo principal é o fortalecimento da presença militar

na região. O PT convida a sociedade civil e os partidos de oposição a denunciar esta tentativa de reabilitação da Doutrina de Segurança Nacional e se compromete a lutar pela vigência de relações pacíficas com todos os povos das nações do Mundo, especificamente com os povos vizinhos de fronteiras. São Paulo, 21 de março de 1991

Secretaria de Relações Internacionais

O voto da Argentina

O Partido dos Trabalhadores manifesta seu protesto em relação ao voto do Governo argentino sobre Cuba na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. (...)

A posição do Governo argentino - como já ficou evidente no episódio da Crise no Golfo - fragiliza a unidade Latinoamericana, fragmentando a intervenção dos países do continente e reforça as tentativas de isolamento de Cuba que os Estados Unidos patrocinam há trinta anos.

O Partido dos Trabalhadores espera que o Governo argentino reveja sua posição e se some ao esforço coletivo do Grupo do Rio para encontrar uma solução justa ao problema colocado.

Luis Inácio Lula da Silva
Presidente do PT

Marco Aurélio Garcia
Secretário de Relações Internacionais

SINDICAL

Preparados para o 4º CONCURTO?

SSN promove o debate entre dirigentes sindicais petista de todo o país

Todos percebemos a necessidade de unificação da atuação petista no movimento sindical, mas a superação das divergências ainda não foi tentada com o empenho necessário.

Sabemos, por outro lado, que essa meta não será alcançada através de métodos administrativos e que ela só ocorrerá através de um processo longo de debate democrático. Nesse quadro, o processo de preparação do

4º CONCURTO assume particular importância, principalmente levando-se em conta que, das 16 teses inscritas, pelo menos 8 contam com a participação de petistas.

É por isso que a Secretaria Sindical Nacional do PT determinou às Secretarias Sindicais Estaduais que organizem até 15 de abril "Fóruns Estaduais de Dirigentes Sindicais Petistas, Representativos das Tendências do PT" com a finalidade de discutir as divergências expostas nas teses do 4º CONCURTO. Esses Fóruns devem explicar as divergências reais, estabelecendo uma hierarquia dessas divergências e informando o partido sobre elas. Ao mesmo tempo, devem fazer levantamento das práticas unificadas realizadas em cada estado e outras possibilidades de ação

unificada. Por fim estes Fóruns devem ainda propor atividades para a Secretaria Sindical.

A Secretaria Sindical Nacional está elaborando, a título de subsídio, uma tabela comparativa das teses do campo petista ao 4º CONCURTO.

Com base nas conclusões dos Fóruns estaduais organizaremos um Fórum Nacional de Dirigentes Sindicais Petistas que resultará em um documento a ser distribuído para todo o partido (data prevista 3 de maio).

Com esta iniciativa a Secretaria Sindical espera abrir caminho para a unidade dos petistas no movimento sindical e na CUT, elemento fundamental para o sucesso dos trabalhadores nos enfrentamentos do próximo período

TESES

As 8 teses ao 4º CONCURTO elaboradas pelo campo petista são:

Tese 2, assinada pelo sindicato dos Plásticos de São Paulo e Metalúrgicos do Pará; Tese 5, assinada pelo Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e outros; Tese 8, assinada pelo sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e outros; Tese 9, assinada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília e outros; Tese 10, assinada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Mossoró e outros; tese 12, assinada pela CUT-DF; Tese 13, assinada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e outros; e Tese 16, assinada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e outros.

Secretaria Sindical Nacional

Turismo em Cuba

Em janeiro deste ano o PT promoveu uma viagem de turismo político à Cuba.

Sempre houve muitos companheiros que, interessados em conhecer a ilha cubana e a experiência que vive o povo cubano, procuravam o PT para saber como fazer. A questão levantada era conhecer Cuba por dentro e por fora, saber como funcionam as organizações políticas, econômicas e sociais.

Essa oportunidade chegou quando das relações PT/PCC surgiu também o interesse dos cubanos em ter turistas enviados por um partido amigo. Como sabemos a situação não é das melhores. Um país que luta para manter-se firme aos princípios socialistas quando todo mundo do "socialismo real" desmorona, certamente tem que enfrentar uma situação de isolamento muito grande. Cuba enfrenta, ademais, problemas relacionados às suas grandes capaci-

dades geográficas. Um país que está em uma ilha, a 90 milhas da maior potência mundial (EUA) com deficiências naturais (Cuba não tem petróleo, água potável nem grandes rios que possam gerar energia elétrica) e climáticas, totalmente dependente de importações e num mundo capitalista onde as relações internacionais são desiguais. A exceção da cana de açúcar e cítricos, Cuba não tem mais nenhum produto agrícola exportável. Sua economia hoje está baseada em 3 fontes principais: açúcar e cítricos, turismo e medicamentos.

Frente a essa situação é que a promoção dessa viagem teve também o caráter de solidariedade àquele povo.

Essa primeira experiência foi muito positiva. Foi um grupo de 38 companheiros, entre eles o prefeito de Vitória, Vítor Buaziz, que está editando uma revista onde conta a experiência. Cada companheiro arcou com suas despesas, que ficaram em torno de 1.300 dólares por pessoa.

O programa em Havana foi de visitas à sede do partido e do Governo,

visita a escolas, hospitais, médico da família, cooperativa agrícola, a Casa das Américas, ao Acampamento dos Salvadorenhos Mutilados na Guerra e a uma micro brigada de construção civil. Esse programa pretendeu dar uma idéia de como funciona o sistema social, político e econômico naquele país, incluindo ainda a questão da solidariedade internacionalista, no caso do acampamento dos salvadorenhos.

Além dessa programação que foi basicamente de visitas, painéis, debates, etc., o grupo visitou, a nível de município, algumas organizações de massa como UJC e FMC (Federação de Mulheres). Com tudo isso ainda sobrou tempo para passeios aos mais importantes pontos turísticos do país, a bares, restaurantes, cabarés, praias e, é claro ao delicioso sorvete da copélia (praça sorveteria), andou pelas ruas, conversou com o povo que é muito hospitaleiro e adora conversar com brasileiros sobre a novela Roque Santeiro, que está passando lá.

A avaliação do grupo e do PT foi

muito positiva, tanto é que já estão sendo organizados mais 2 grupos, um para final de junho/91 e outro para janeiro/92, com as mesmas características.

Se você quer aproveitar essa oportunidade é só entrar em contato com a Marlene na Sede Nacional, pelo telefone (011) 223-7999. Ela lhe dará todas as informações para que você seja mais um nessa turma.

Como disse o nosso presidente, Lula, no 7º Encontro, "o problema de Cuba não é mais um problema só dos cubanos, o problema de Cuba é um problema de todos os latino americanos, é um problema de todos os revolucionários de América Latina". E estar solidários com aquele povo neste momento é fundamental para que não se perca a importante experiência que eles estão vivendo. O projeto que eles estão construindo; que apesar de todas as críticas que possamos ter está muito próximo do que queremos construir para nosso Brasil.

Marlene Rocha SNFP

Cursos no exterior

Cuba

Na perspectiva da continuidade do intercâmbio com a Escola Superior do PC Cubano - Nico Lopez - estamos enviando neste ano mais um grupo de companheiros para o curso de 10 meses em Cuba - período de setembro/91 à julho de 92, com a viagem prevista para fim de agosto de 91.

Este curso tem como conteúdo uma formação básica da teoria marxista-leninista, economia política, história do movimento operário internacional, teoria e prática do partido político e relações internacionais.

Condições para participação:

1. Escolaridade mínima que permita um rápido aprendizado em espanhol (o curso é nesse idioma) e leitura dos clássicos.
2. Engajamento partidário comprovado principalmente nas tarefas da Formação Política.
3. Confiança política da direção partidária.

O processo de seleção deve ser cuidadoso e democrático, por isso propomos que o processo seja feito pelos DR's através da apresentação de dois nomes até 4 de maio. Desses nomes serão selecionados 5 companheiros que devem participar de um seminário preparatório durante três dias, no início de agosto.

As despesas de viagem ficam por conta de cada companheiro ou do DR que o apresentar. As despesas do curso e estadia em Cuba são assumidas pelo PC cubano.

Os interessados devem entrar em contato com o seu DR respectivo e os nomes indicados devem seguir com carta de apresentação e curriculum.

Amsterdã

A partir desse ano o PT foi convidado a estabelecer convênio com a Escola de Formação vinculada à 4a. Internacional (Secretariado Unificado) na Holanda.

O convênio prevê o envio de um companheiro para um curso, de um mês. Período de 13 de maio a 15 de junho, sendo que as despesas de viagem ficam por conta da escola e as despesas do curso a cargo do aluno, estão em torno de 250 dólares.

O PT resolveu aceitar o convite e está selecionando um companheiro.

Os critérios são os mesmos exigidos para o curso em Cuba e o nome deve ser tirado na Plenária Nacional de Formação Política que será realizada nos dias 20 e 21 de abril no Instituto Cajamar.

Um projeto chamado esperança

Belém do Pará, 9 e 10 de março. A cena mostra um Deputado Federal e presidente do PT do Pará, Valdir Ganzer, sentado em meio a 25 companheiros do Pará e Maranhão, entre eles o Deputado Geraldo Pastana, Páscua Silva, secretária de Formação Política do Pará, Carmem Silva, secretária de Formação Política do Maranhão, Ilse Gomes, secretária de Organização do Maranhão, Clóvis, João Batista da Executiva do Pará, além de expressivas lideranças do Partido e dos movimentos sociais daqueles estados. O debate, partindo da análise das situações concretas de luta e enfrentamentos que o Partido desenvolve nesse momento, tem, no entanto, um enfoque e perspectivas peculiares. Esses companheiros e companheiras têm a coragem de dedicar parte do seu tempo militando a tarefa de sua própria formação dentro de um projeto nacional de estudo.

Quando, por inspiração e proposta inicial do companheiro Wladimir Pomar lançamos no 7º Encontro a proposta do Projeto de Formação de Quadros Dirigentes, contávamos atingir cerca de 80 companheiros. Uma proposta simples: um programa de estudo a distância com bibliografia indicada e acompanhada por orientadores de quatro áreas diferentes (Capitalismo, Realidade Brasileira, Socialismo e Construção Partidária), com a previsão de seminários de socialização dos debates ao longo do processo.

Ao invés dos 80 previstos, 310 inscrições chegaram até a Secretária de Formação Política. O companheiro Emir Sader aceitou a incumbência de coordenar o Projeto e a partir de um seminário inaugural realizado em julho de 90 no Instituto Cajamar, o projeto vem se desenvolvendo. Em meio a muitas dificuldades provocadas pela falta de estruturas da Secretaria Nacional e pela falta de hábito do estudo por parte dos compa-

nheiros, chegamos agora ao final da etapa dos primeiros seminários regionais. Entre surpresas e emocionados descobrimos um grupo numeroso de militantes e dirigentes que, dando-se conta da importância da sua própria capacitação para o desempenho de suas tarefas, levam a sério a dedicação de seu tempo ao estudo e são capazes de pagar do seu próprio bolso despesas de viagem e estadia para participar de um seminário de estudos e debates.

O Projeto de Formação de Quadros Dirigentes é apenas uma experiência embrionária do que deverá ser efetivamente um programa de formação de lideranças e dirigentes. Sem data marcada para conclusão, pretende desenvolver em nossos dirigentes partidários a consciência de que há muito para se aprender, de que a atitude humilde da busca é condição indispensável para o exercício da política peista e que a disciplina é necessária para a sustentação e persistência de qualquer processo de capacitação.

Esta primeira rodada de seminários nos deixa muito animados e convictos de que está surgindo uma nova geração de lideranças, jovem e íntegra, do ponto de vista de sua vontade política, fortemente engajada na construção dos movimentos sociais e do Partido. Esta nova geração não só vai assegurar a necessária renovação de nossos quadros dirigentes, como poderá elevar a um patamar superior a própria tarefa de conduzir a construção do PT. Por isso é que devemos investir sempre mais em projetos como este.

Se você quiser melhores informações sobre o Projeto de Formação de Quadros Dirigentes consulte a Secretaria Nacional de Formação Política através da companheira Marlene da Rocha ou do secretário nacional de Formação Política.

Gilberto Carvalho.

Para sair da crise...

A questão das finanças do PT, sua sustentação material e dos recursos exigidos para implementar sua ação política, continua sendo tratada com muito amadorismo, voluntarismo e até com negligência.

Oxalá a preparação do I Congresso contemple esse tema e a discussão se irradie no partido gerando uma nova postura frente ao problema.

Evidências para esse debate não faltam. Os maiores estados - para falarmos apenas nestes - debatem-se numa profunda crise financeira herdada das campanhas de 1990, cujos gastos foram realizados à revelia de qualquer planejamento de encargos futuros e acima da capacidade de endividamento partidário.

Hoje, essas regionais encontram-se paralisadas pelas dívidas, alienando patrimônio alcançado durante anos (telefones, carros, máquinas, impressoras, entrega de sedes etc) dificultando, enormemente, a ação partidária junto aos movimentos sociais e a sua prioridade de ação política. Entendemos que este tensionamento que o partido vive em períodos eleitorais, às vezes chegando as raízes de um eleitoralismo que quer disputar com os mesmos métodos e resultados dos partidos burgueses, deve ser superado a partir de um profundo debate político.

Não será nos atolando em dívidas nos momentos eleitorais que superaremos debilidades orgânicas e de implantação social que só se constroem pela ação regular, metódica e constante, ao longo dos anos e junto aos movimentos sociais.

Ao assumirmos a Secretaria de Finanças da CEN, nos deparamos com uma situação caótica e alarmante. Os Diretórios Regionais escudados nos gastos de campanha, de forma unilateral e irresponsável, simplesmente, suspenderam suas contribuições ao DN como se este não tivesse encargos, funcionários, alugueis etc... para serem pagos mensalmente. Somando-se a isso, a fonte mais regular do DN - a contribuição dos parlamentares federais - permaneceu congelada durante meses e nesse período praticamos salários com reajustes conforme a inflação. O resultado não poderia ser outro. Crise total. Demissão de funcionários, atraso em pagamentos comprometidos, conge-

lamento dos planos aprovados no 7º Encontro para a nova direção etc... A situação começava a se deteriorar de tal forma que alguns parlamentares começaram a atrasar pagamentos, desautorizar os descontos automáticos.

A orientação adotada para reverter esse quadro, discutida e aprovada pela CEN, vai em duas direções e seus resultados já começam a aparecer.

Em primeiro lugar, até para dar exemplo ao Partido, uma reversão do quadro no Congresso.

Regularização imediata e cobrança das contribuições parlamentares. Hoje, apenas dois deputados continuam em atraso com suas contribuições. Todos os demais estão em dia.

As contribuições dos gabinetes e dos cargos da bancada que nunca foram realizadas, estão sendo feitas e a maior parte já contribuindo normalmente. Esperamos até o mês de abril para regularização total dessas cotizações, conforme o Regimento Interno.

A duplicação da Bancada e a regularização das contribuições já permitiu que saldássemos as dívidas, salários atrasados e, inclusive, já partimos para contratações prioritariamente determinadas, para termos secretarias com companheiros com dedicação integral ao trabalho político.

A CEN normalizou também um

percentual de gastos com pessoal em relação à receita global no limite de 60%. É uma orientação sugerida para que os DRs e DMs também estabeleçam percentuais semelhantes para liberação de recursos para atividades políticas junto ao movimento.

A segunda linha de ação é junto aos DRs e as contribuições dos filiados.

Esta deve ser a principal contribuição partidária para que não dependamos majoritariamente de contribuições parlamentares.

Com honrosas exceções, a maioria esmagadora dos DRs está em atraso e, principalmente, sem fornecer, à CEN os dados básicos necessários para que possamos ter o controle nacional de finanças. Os balancetes regionais não são enviados e por estimativa podemos afirmar com segurança que há um enorme potencial de arrecadação não efetivada nos estados.

A Secretaria de Finanças está comprometendo um membro do DN de cada estado para como dirigente nacional - assumir frente ao seu DR o compromisso de acompanhar as finanças. Foram entregues questionários a esses dirigentes bem como enviados a todos os tesoureiros regionais para que possamos ter dados precisos e atuais sobre cada estado. São dados minuciosos e abrangentes

para que possamos estabelecer um novo tipo de controle e orientação das finanças nacionais.

Com esta orientação pretendemos dar condições para que possamos lançar o Jornal Nacional do PT no próximo mês de maio.

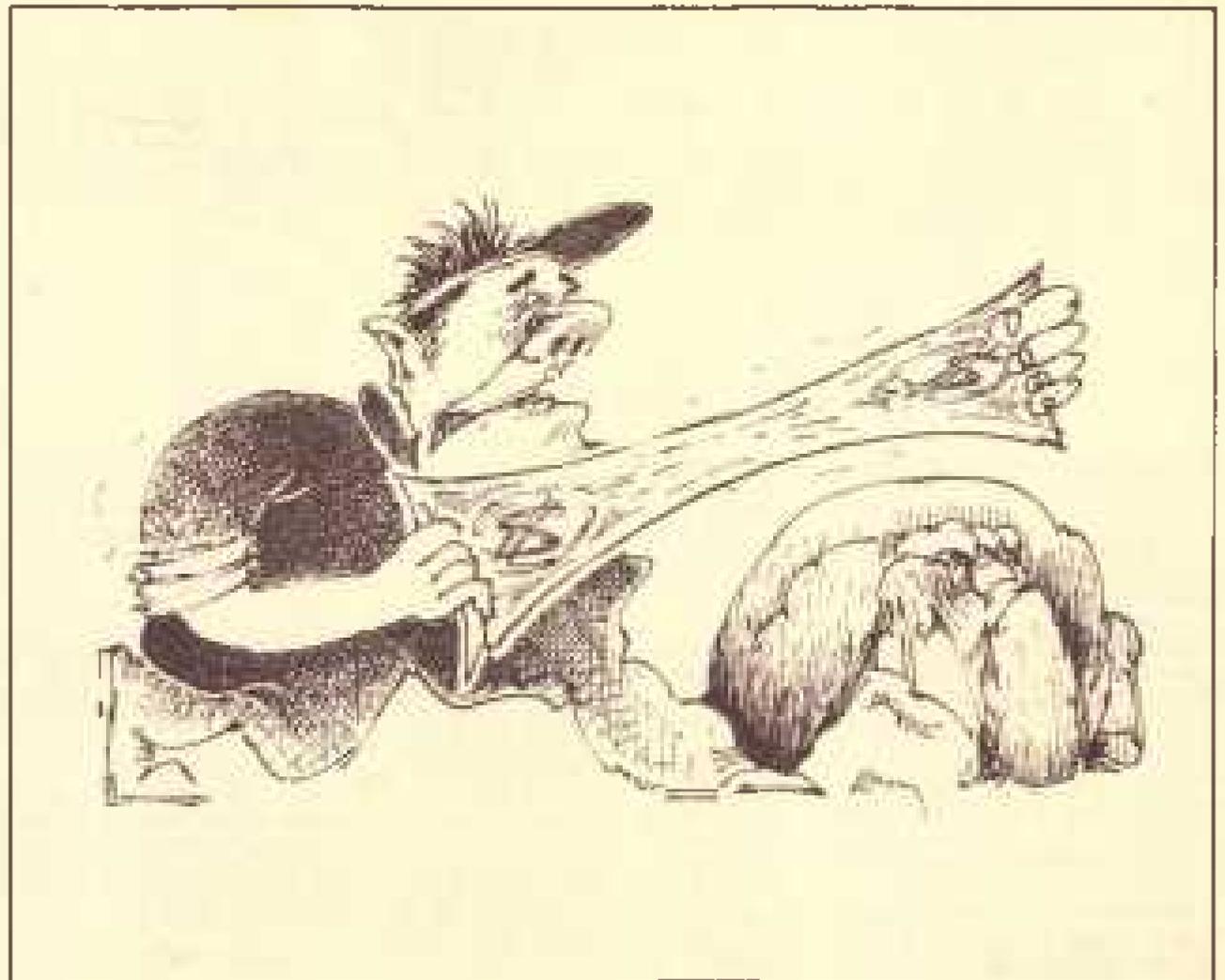
Por fim, lembramos que em breve, iniciarão os encontros municipais preparatórios ao 1º Congresso do partido. Este deverá dar um salto de qualidade em nossa organização e o respeito ao Regimento Interno será um grande passo nessa direção. Todo filiado é regimentalmente um contribuinte. Sem esta contribuição o filiado não poderá exercer seu direito pleno nos debates e deliberações.

Os DMs e DRs têm o dever de zelar para que não ocorram mais "anistias", "isenções" ou outras práticas que temos que banir do PT.

Ao permitir isso, os dirigentes partidários de suas várias instâncias não estão apenas prejudicando as condições materiais de funcionamento partidário, mas, principalmente, fraudando a democracia interna do partido que pressupõe identidade de condições e exigências para que ela seja praticada.

RAUL PONT

Secretaria Finanças da Executiva Nacional PT



Penha

A perda da companheira Penha é uma perda dos trabalhadores do Nordeste, uma perda dos trabalhadores do campo, uma perda dos trabalhadores no Brasil, uma perda do Partido dos Trabalhadores.

Penha foi durante toda a sua vida, ação permanente das mulheres e homens do campo, no NE ou no RS, onde fosse chamada. Era aquela "humana oficina" gerando a mulher nova, a organização nova, a CUT o MST, um Mundo Novo.

O Diretório Nacional do PT, traz aos seus familiares e aos companheiros da Paraíba sua palavra de solidariedade nesta hora de ausência, com a funda consciência de que ficamos menores sem Penha.

*Diretório Nacional
Secretaria Agrária - 19/03/91*

Beth Lobo

A Subsecretaria Nacional da Mulher quer fazer uma homenagem especial as nossas companheiras Maria da Penha Nascimento e Silva e Beth Lobo que partiram fisicamente mas que continuam nos acompanhando com suas idéias e nada melhor que transcrevermos as palavras da companheira Beth

"Parece feita de muitas matérias: de lembranças e sensações da infância. De conflitos. De muitos amores feitos e desfeitos. Uma rebeldia construída no cotidiano das injustiças individuais e sociais sofridas ao longo dos anos. Foi rebelde - anarquista e feminista. Anarquista e feminista porque rebelde... Por isso lutou pela felicidade, pela igualdade social, pelo direito à liberdade, pela beleza das flores e cores, pelo prazer e pelo amor, sem estabelecer hierarquias.

Foi ao mesmo tempo "mulher excepcional" e "mulher comum", dividida entre paixão e política ou vivendo a política como paixão

De Beth sobre Ema Goldman

"A conquista da cidadania plena das mulheres é ainda um processo em curso na sociedade brasileira, é uma luta das mulheres nos movimentos, é uma luta dos partidos que pretendem ter um projeto democrático".

"Foi a partir da reivindicação da igualdade de todos os seres humanos que as feministas e anarquistas criticaram a desigualdade entre mulheres e homens e a dominação sobre as mulheres desenvolvendo a tese de que é exatamente na sexualidade e nas relações familiares que a hierarquia entre homens e mulheres se constrói, estendendo-se para o conjunto da sociedade".

Laços de amizade

Ocupo a tribuna, em nome da liderança do meu partido, para expressar nossa tristeza diante de um fato que nos abalou profundamente. Refiro-me aos falecimentos das companheiras Elizabeth Lobo e Maria da Penha do Nascimento Silva, esta última presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Grande, no Paraíba, em virtude de um acidente de carro na estrada que liga João Pessoa a Campina Grande. A companheira Elizabeth Lobo, antiga militante política, feminista perseguida na época da ditadura militar, socialista com visão renovada e democrática, era esposa de um dos dirigentes do PT, o companheiro Marco Aurélio Garcia, secretário de Relações Internacionais da Executiva Nacional do nosso partido. Aos familiares da companheira Elizabeth Lobo, em especial ao nosso companheiro Marco Aurélio Garcia, queremos manifestar o nosso pesar, o nosso sentimento diante dessa perda irreparável, pois a união entre os dois era de profundo respeito, admiração e camaradagem. Lastimamos a perda dessa importante militante política, profundamente engajada em nosso partido, justamente nesse momento crucial vivido pelo PT, que prepara o seu primeiro Congresso Nacional. Pessoalmente, me senti atingido, pelos laços de amizade que me uniam à companheira Elizabeth Lobo, e que mantinha com o seu companheiro, Marco Aurélio Garcia.

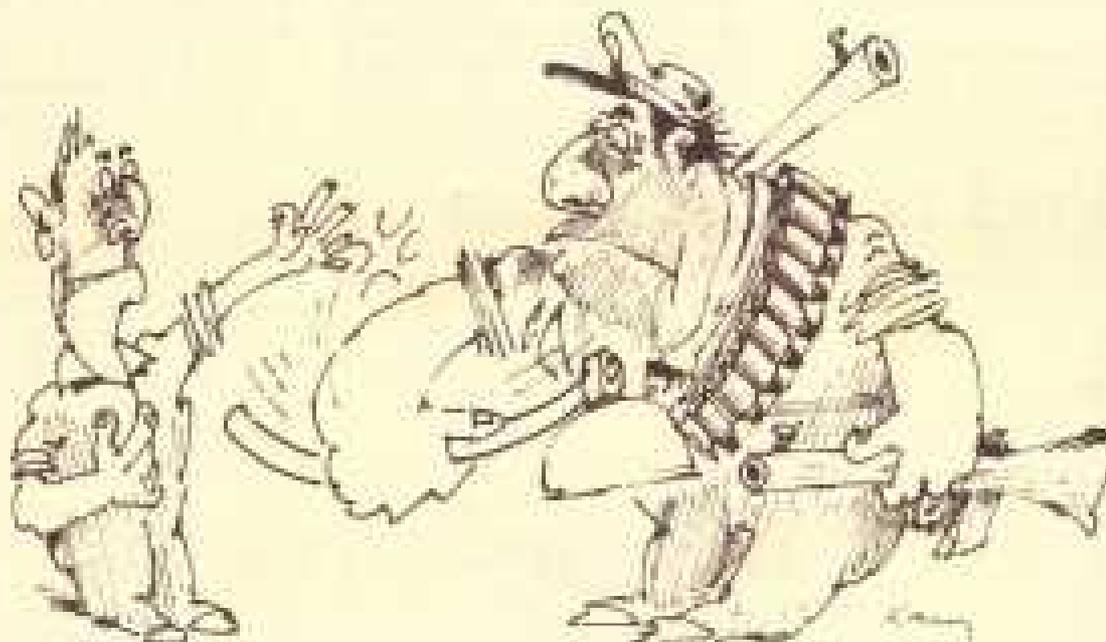
Expresso o nosso pesar também aos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, pelo falecimento da companheira Maria da Penha do Nascimento Silva, que substituiu a companheira Margarida Alves, assassinada brutalmente pelo gangsterismo e pela violência dos latifundiários daquele estado.

O Partido dos Trabalhadores está apurando o acontecimento, pela possibilidade de se tratar de um atentado. Estamos, inclusive, deslocando gente para a região. Assim, ao mesmo tempo que manifestamos nosso sentimento de dor, queremos também expressar que estamos vigilantes, pois este acidente pode ter sido provocado por algum tipo de ação, com o objetivo de barrar ou dificultar a luta dos camponeses brasileiros. Elizabeth Lobo estava cumprindo missão política na Paraíba, e se deslocava para fazer conferência e palestras para o movimento camponês, quando ocorreu a tragédia.

Esta é a posição da direção nacional do PT e da nossa bancada no Congresso Nacional.

José Genoíno

RURAL



Basta de violência no campo

A luta pela terra e a violência no campo voltam a comover o País. Nos últimos cinco anos mais de 600 trabalhadores foram assassinados em razão da luta por um pedaço de Terra, por questões trabalhistas, conflitos envolvendo garimpeiros ou massacres de índios. Muitos desses mortos eram dirigentes de sindicatos de Trabalhadores Rurais e militantes do PT.

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores vem a público denunciar a irresponsabilidade do governo Collor ao não enfrentar a questão da Reforma Agrária e da Política Agrícola que está na raiz da violência no campo, segundo declarações do próprio Ministro da Justiça.

Como de costume, nos momentos em que a violência no campo alcança níveis insuportáveis, sempre aparecem propostas de desarmamento ou de in-

tervenção do exército, como a sugerida há poucos dias pelos dirigentes da recém-formada Força Sindical.

Só o desconhecimento ou o extremo oportunismo podem servir de suporte a sugestões como essa. Os trabalhadores da região do Bico do Papagaio, do sul do Pará, do sul do Maranhão conhecem essas operações de desarmamento que recolhem as espingardas de caça e as facas de cozinha dos posseiros e não conseguem encontrar as armas de grosso calibre escondidas pelos latifundiários nas grandes fazendas da região, que em geral, servem de base a operações desse tipo.

A experiência mostra também que depois de cada operação de desarmamento ocorrida nesta região, tem recrudescido a violência contra os trabalhadores e seus aliados.

Em lugar de lançar propostas de intervenção do exército na região cabe exigir do governo a realização imediata de um programa de Reforma Agrária que assente de imediato - e dentro de condições econômicas compatíveis - as 13 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra acampadas nas diferentes regiões do País, garanta as condições de trabalho nas áreas já desapropriadas e com emissão de posse assegure a prisão dos assassinos e mandantes de assassinatos de trabalhadores rurais.

Os Trabalhadores Rurais não querem ver mais uma vez suas casas invadidas por agentes federais ou do exército. Os trabalhadores rurais querem Terra e Paz para produzir o alimento dos seus filhos.

Diretório Nacional do PT - 19/03/91

Grave ameaça às liberdades democráticas

Completam-se 90 dias das prisões dos vereadores de Diadema Romildo Raposo (PT) e Manoel Boni (eleito pelo PT, atualmente sem partido). Presos por ordem judicial após os trágicos acontecimentos da Vila Socialista, os vereadores tiveram negados os quatro pedidos de *habeas corpus* que foram impetrados pelos advogados e julgados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

O Juiz de Diadema tem insistido em manter a prisão preventiva alegando que os vereadores seriam uma ameaça à ordem pública. A criminalização da luta pela moradia tem sido a forma encontrada para mascarar as prisões políticas de Diadema.

Não existindo mais no país instrumentos jurídicos como a LSN do período da ditadura militar, a justiça vem utilizando o Código Penal. É assim que estão sendo

orquestradas farsas jurídicas de norte a sul do país para encobrir os processos políticos que são movidos contra os militantes do movimento popular pela moradia, os militantes do movimento sem terra e dirigentes sindicais urbanos e rurais.

Os quatro presos de Porto Alegre incriminados pelo enfrentamento na Praça da Matriz no ano passado, aguardam julgamento. Dezenas de dirigentes de Executivas de grandes sindicatos filiados à CUT acumulam processos, muitas vezes conduzidos pela Polícia Federal.

Esta ofensiva judicial tem o objetivo de intimidar as lutas sindicais e populares. Ela constitui uma ameaça terrivelmente séria às liberdades democráticas. A ameaça de condenação de Romildo e Boni, que estão ameaçados de receber uma sentença de até 10 anos de prisão é um sinal da gravidade da situação.

Diante deste quadro o Diretório Nacional aprovou uma resolução que aqui publicamos na íntegra:

"Há um mês encontram-se presos em Diadema os companheiros Romildo Raposo, vereador do PT e Manoel Boni, vereador sem partido.

Estas prisões fazem parte de um ataque do governo Quécia ao movimento dos sem teto e às ocupações de terras, que reprimiu violentamente os moradores da Vila Socialista matando dois trabalhadores, ferindo várias dezenas de outros e prendendo, além destes, mais dois vereadores: Antonio Rodrigues-PT e João Teixeira-PSB e mais 47 trabalhadores - todos já soltos.

A justiça de São Paulo tem protelado o julgamento do Habeas corpus num flagrante desrespeito ao cumprimento deste direito constitucional.

Estas prisões, portanto, são as

únicas prisões políticas em nosso país, junto com as de outros companheiros no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e Paraná e exigem de nosso partido uma ação enérgica de denúncia e mobilização no sentido de liberar imediatamente os companheiros presos.

Neste sentido, propomos que o Diretório Nacional delibere ações concretas pela libertação de Romildo e Manoel Boni e dos demais presos políticos com a imediata edição de um cartaz nacional, a realização de atos e/ou pronunciamentos nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, bem como oriente todos os militantes do Partido na Administração de Diadema, que se engajem nas atividades e se pronunciem pela libertação dos presos."

Diretório Nacional

São Paulo, 27 de janeiro de 1991

Uma escolha política

O desligamento do prefeito Jacó Bittar não pode ser visto unicamente do ponto de vista das tensões e crises do relacionamento que tem cercado as mais importantes prefeituras pelo PT no Estado de São Paulo.

É verdade que a origem da crise que o colocou em confronto com o Diretório Municipal pode certamente ser atribuída aos nossos problemas comuns de relação com os prefeitos.

Mas, a partir de certo momento, um novo elemento foi colocado na discussão, extrapolando a raiz comum dos vários conflitos vividos pelo PT e suas prefeituras em São Paulo, decorrentes da inexperiência administrativa, das debilidades de nossa elaboração estratégica sobre o Estado, a ação institucional e, até mesmo, sobre nossa concepção de direção partidária.

O prefeito Jacó Bittar passou a operar uma mudança em sua direção administrativa, baseada no conceito de "neutralidade" dos prefeitos em relação aos poderes estaduais e federal, deixando para o partido - e exclusivamente a ele a tarefa oposicionista.

Não queremos simplificar esta discussão e, por isso, admitimos que o caráter do cargo de prefeito possui uma dimensão, se não neutra, já que isso não existe na administração pública e nas relações políticas entre poderes, mas pelo

menos supra-partidária.

O problema, e acho que começou aí a nossa crise séria e peculiar com Jacó - foi a sua opção unilateral por esta variante de seu cargo.

Os espaços que ele conseguiu ocupar graças a esta postura, certamente permitiram que ele obtivesse algumas obras para Campinas de importância considerável, como o VLT - Veículo leve sobre Trilhos.

Mas, por outro lado, reduziram o seu campo de ação como prefeito à condição de administrador corporativo, que evita conflitos e luta política para o "bem de seus municípios".

O sucesso a longo prazo de um projeto como esse necessita de uma boa vontade coletiva absolutamente irreal, num país como o nosso, onde a luta política travada hoje já antecipa a disputa presidencial de 1994.

Se o pragmatismo e a "neutralidade" funcionassem não haveria porque não defendê-los.

O problema é que tanto o governo estadual - Quécia foi e é o exemplo - e o federal, por possuírem projetos radicalmente diferentes dos nossos, jamais oferecerão uma saída à nossas administrações no campo exclusivo de negociação política.

Para não renegar nossa proposta democrática e popular, precisamos inverter radicalmente prioridades, combater privilégios,

o que nos leva a agredir interesses locais articulados com Quécia e Collor.

E ninguém está disposto a regar permanentemente a horta do adversário.

Quando falamos em nossas resoluções que nossos prefeitos não são neutros e têm um papel a jogar na oposição a Collor e a Quécia/Fleury, é porque sabemos que o essencial de nossa proposta nós vamos ter que conquistar com a mobilização dos trabalhadores e da maioria do povo.

O povo deseja obras sociais mas não haverá Quécia ou Collor neste mundo interessado em atender sequer as suas necessidades neste campo, como ambos, aliás já o demonstraram.

Da mesma forma, os grupos econômicos locais não serão persuadidos facilmente de que chegou a hora de dar sua parte na melhoria das condições de vida do povo - vejam as lutas contra nossas propostas de IPTU em várias cidades, como São Paulo, Santo André, Piracicaba, etc.

O desfecho será outro se houver organização e pressão social.

A execução de nosso programa de mudanças depende disso, seja porque vamos conquistá-lo na luta, seja porque vamos mostrar quem impede que as transformações sejam implementadas, acumulando forças para embates futuros.

A política econômica de Collor não é uma abstração. Recessionista, ela incide diretamente sobre as prefeituras administradas pelo PT, reduzindo a receita advinda do ICMS e, de outro lado, ampliando a demanda por serviços sociais.

Qual resposta "pragmatismo" ou a "neutralidade" dão para isso? A redução de nosso programa e o conflito com os setores sociais nos quais historicamente nos apoiamos? Ou a mudança de nossa base social?

Nada disso costuma dar certo. Até porque para outra base social, há sempre interlocutores mais confiáveis do que nós.

Os caminhos da política são mais inexoráveis do que pode se pensar à primeira vista.

Na véspera de consumir a sua grave atitude de se desfiliar do PT, Jacó apresentava o pragmático Artur Virgílio, prefeito de Mauá, como exemplo de político, e defendia uma "ajuda" a Collor no combate à crise brasileira (matéria publicada no Jornal do Brasil de 6.2.91).

Logo a Collor, um dos responsáveis por seu agravamento.

Como vemos, cada vez mais a lógica da escolha política de Jacó o afasta de nós. Infelizmente.

*José Américo Dias
Secretário Geral DR/SP*

SNJ vencendo os desafios

Quando realizamos a Reunião Nacional e Seminário para reorganização da Secretaria Nacional de Juventude, em 27, 28 e 29 de outubro de 1990, uma constatação era consensual entre os presentes: O Partido dos Trabalhadores, especialmente suas direções, nunca deu a devida importância e atenção ao trabalho de juventude e ao movimento estudantil (universitário e secundarista).

Por outro lado, apesar da forte presença da juventude na construção do partido desde a sua fundação, e do grande peso petista no movimento estudantil, isto não se refletia em termos de trabalho partidário: a atuação era dispersa e individual nos movimentos ou com as tendências atuando isoladamente e disputando suas posições publicamente.

Ao ser formado, portanto, o Coletivo Nacional da Secretaria Nacional da Juventude, tínhamos consciência do duplo desafio que nos aguardava. Por um lado, convencer a direção do partido, principalmente a nacional, da importância do trabalho e, em decorrência, a necessidade de investimento político e material para o seu desenvolvimento. Por outro lado, mostrar à militância petista que, apesar da pouca importância dada pelas direções, era necessário e possível reverter esta situação em que nos encontrávamos, enfrentando a

questão do ponto de vista político, fortalecendo o processo de organização da juventude petista, ao lado do debate e definição política e unificação de nossa intervenção no movimento.

Nosso trabalho vem avançando do final de outubro para cá, na aplicação do Plano de Trabalho de curto e médio prazo. O Coletivo Nacional da SNJ que hoje é composto por Danilo Zimbres, Hamilton Lacerda, Jorge Almeida, Luis Antônio, Maurício Benito, Samory Sundjista e Vítor Salazar em pleno funcionamento, e já realizou cinco reuniões.

Formação

Foi elaborado um Plano de Formação Política que inicialmente contará com dois cursos de formação de monitores, a ser realizado em 3 etapas, de uma semana cada, e setembro de 1991 e fevereiro de 1992. Seu objetivo é preparar companheiros dispostos a reproduzirem a formação de militantes da juventude em seus estados. O outro curso (em agosto) visa a formação de lideranças petistas do movimento universitário e secundarista.

Temos feito também um esforço para melhorar nossa comunicação interna, ampliando a relação de endereços para enviar as correspondências diretamente às instâncias que desenvolvem trabalho de juventude (já foram enviadas oito circulares de novembro a março), com as orientações da

SNJ.

A atuação unificada dos estudantes, desde o início é uma preocupação, como podemos ver pela realização do IVº ENEPT e da preparação do IIº ENESPT (ver matéria ao lado).

A médio prazo, entretanto, o nosso principal objetivo é a realização do Iº Encontro Nacional da Juventude do PT, em preparação ao Iº Congresso do Partido. Esta proposta foi apresentada pela SNJ ao DN, e pretendemos realizá-lo em 1º de setembro.

Este Encontro, ao lado de outros temas, deve tratar prioritariamente da definição da proposta do PT sobre o papel da juventude na estratégia da construção do socialismo no Brasil e da organização da juventude petista. Finalmente estaremos discutindo a fundo o perfil da juventude brasileira, seus anseios e potencial de luta, suas formas de organização e um programa. E mais, a forma de organização da juventude petista e a relação desta com as demais instâncias partidárias e com o movimento de massas (todas estas informações podem ser obtidas em detalhes nas circulares já enviadas às direções estaduais e no jornal do Congresso).

Três questões, entretanto, são fundamentais para que este processo saia vitorioso. Primeiro: a integração da militância nas discussões e organização do partido (superando a prática corporativa),

e a busca permanente da unificação de nossa intervenção no movimento superando a prática grupista e de atuação autônoma das tendências diretamente no movimento. Segundo: a construção das Secretarias Estaduais de juventude, em todo os estados, o que já vem se dando em vários deles de modo significativo. Para isto, a SNJ já elaborou uma proposta de Plano Básico de organização das Secretarias Estaduais da Juventude para ser discutida nos estados e ser aproveitada criativamente. Terceiro: a compreensão política da direção nacional sobre a importância do trabalho de juventude, coisa que, apesar do esforço coletivo da SNJ, ainda não foi sentida na prática.

Até o momento, a SNJ não conta com recursos materiais e humanos e, excetuando-se a convocação e referendo ao IVº ENEPT, nenhuma das instâncias nacionais discutiu a questão e o trabalho da Secretaria. Disto depende, hoje, a continuidade do trabalho da Secretaria. Como vimos, apesar das vitórias já alcançadas os desafios colocados no início de nosso trabalho continuam de pé. É somente a participação de nossa militância, questionando as potencialidades e dificuldades para desenvolver este trabalho no partido, poderá trazer um real salto de qualidade.

Jorge Almeida

IVº ENEPT unifica petistas da UNE

O IVº ENEPT foi realizado vitoriosamente nos dias 23 e 24 de março. Convocado de modo extraordinário pela SNJ e direção nacional do partido, para discutir e aprovar teses unificadas dos petistas para o 41º Congresso da UNE, foi o maior já realizado pelos universitários petistas (18 estados presentes, 65 delegados e 33 observadores) e o primeiro que contou com divulgação prévia de caderno de teses, abordando a

pauta do Congresso da UNE: Conjuntura Nacional e Internacional e Tática; Universidade, pagas e públicas; Movimento Estudantil, balanço e reestruturação da UNE; critérios para formação de chapa e política de alianças. Além disso, foi eleita a nova Coordenação Nacional dos Estudantes Universitários do PT.

Questão polêmica, foi aprovada a apresentação de tese única de petistas ao Congresso da UNE

por cerca de 80% dos delegados presentes, a qual deve ser defendida por todos os companheiros do partido. Na abertura do Congresso, haverá uma plenária dos petistas presentes, seguida de plenária com todos os delegados que apoiem a Tese petista, que começará a ser distribuída e discutida nas escolas a partir da primeira semana de abril.

No dia 25 de março, a Executiva Nacional expressou seu apoio à

iniciativa do IVº ENEPT e conclamou todos os universitários petistas a se engajarem no processo.

Agora iniciaremos a preparação do IIº ENESPT (Encontro Nacional dos Estudantes Secundaristas do PT) que terá data, critérios e pauta definidos no dia 19 de abril, em reunião da Coordenação Nacional de Secundaristas do PT ampliada com diretores petistas da UBES e dirigentes de UMES.



ABRIL DE 1991 - Nº 53

Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203
- São Paulo/SP fones: (011) 223
7999/8189/8068 ou 222.2958/2875/8968

Secretário de Comunicação
João Machado
Secretário Adjunto
Marcus Sokol
Edição
Márcia Lourenço
Colaboradores

Márcia Miranda e Marília Boechato
Diagramação
Cláudia
Composição/Editoração Eletrônica
Página Laser (011) 572-2765
Fotolito e Impressão
Jorúbe